



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1841/15	DATA: 24/09/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 12h43min	PÁGINAS: 70

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROBERTO GRAZIANO RUSSO - EX-PRESIDENTE DO FRIGORÍFICO INDEPENDÊNCIA. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - ADVOGADO.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos.

Pedindo paz e proteção divina e em nome do povo do brasileiro, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 10 de setembro; da 11ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de setembro; e da 12ª Reunião, realizada no dia 22 setembro.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, solicitamos a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Alexandre Baldy.

Em discussão as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-as em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O número 13 é o número da sorte! É hoje que vai decolar esta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Aprovadas as atas.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Informo que, devido à capacidade de publicação do portal da Câmara, o inteiro teor dos documentos ostensivos recebidos pela CPI estão sendo publicados na página da Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, ontem, o Deputado Miguel Haddad nos procurou e recebemos telefonema do Chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, Sr. Edson Aparecido, que já foi um



grande Deputado desta Casa, um grande colega nosso, ocasião em que discutimos acerca do nosso requerimento de cópia dos processos de licitação do Metrô de São Paulo e da CPTM — Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, cujos empreendimentos tiveram financiamento do BNDES.

O Secretário e o Deputado Miguel Haddad nos explicaram sobre o grande volume de documentos que isso acarretaria. Nesse diálogo, chegamos à conclusão de que seria importante a esta CPI obter cópia do edital, exceto dos detalhamentos técnicos, mas do edital na sua parte mais jurídica, dos valores financeiros, e na parte de avaliação das empresas que participaram do edital, da avaliação jurídica das empresas e avaliação técnica das empresas, das propostas das empresas, exceto aquilo que diz respeito à parte técnica de engenharia. Refiro-me às propostas financeiras, aos recursos que as empresas apresentaram durante o processo de licitação e ao julgamento desses recursos que foram apresentados, bem como ao julgamento final das propostas.

Então, nós propusemos ao Governo do Estado de São Paulo que toda aquela parte que diz respeito a serviços de engenharia, ao detalhamento técnico de engenharia, fosse dispensada.

Eu gostaria de relatar isso a esta CPI e consultar para saber se alguém está em desacordo em relação a isso para não termos excesso de documentos aqui, para termos apenas os documentos que interessam a esta CPI.

Portanto, eu quero tornar público esse diálogo para, se houver alguma discordância, que apareça aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Zarattini, por explicar e explicitar essa questão.

Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, na verdade, nós procuramos o Deputado Carlos Zarattini, até porque o número de documentos solicitados, de fato, é um número expressivo. Isso geraria dificuldade administrativa e aumentaria o custo.

O Deputado gentilmente compreendeu e solicitou os documentos acerca da licitação como um todo que ele entendia prioritários para uma primeira análise.



Eu me coloquei à disposição, caso esses documentos encaminhados não fossem suficientes. Naturalmente, o Governo do Estado enviaria os outros documentos que o Deputado ou os membros da CPI entendessem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Não sei se isso vale para os demais Estados também, porque nós aprovamos um requerimento envolvendo os outros Estados, mas acho que nós vamos deliberar caso a caso.

Cumprimento V.Exa. e o Deputado Miguel Haddad sobretudo pela cordialidade com que estão tratando esse caso. A intervenção de ambos foi extremamente importante para que pudéssemos chegar aonde chegamos.

Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só para concluir: o ofício chegou ao Governo do Estado no dia 23, e eles se comprometeram, em 10 dias, a fazer os documentos chegarem a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Iniciaremos audiência pública para a tomada de depoimento do Sr. Roberto Graziano Russo, ex-Presidente do Frigorífico Independência. O depoimento do Sr. Roberto Graziano decorre da aprovação do Requerimento nº 241, de 2015, de autoria do Sr. Miguel Haddad. Informo que o depoente falará na qualidade de testemunha.

Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido para se sentar à mesa o Sr. Roberto Graziano Russo. (*Pausa.*)

Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto-o de que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Roberto Graziano para fazer o seu compromisso perante esta Casa, esta Comissão Parlamentar de Inquérito e os seus membros.



Com a palavra o Sr. Roberto Graziano Russo.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Roberto Graziano Russo, para suas considerações iniciais pelo tempo de 10 minutos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Bom dia a todos. Nós viemos aqui e vemos esta CPI como uma oportunidade muito boa para elucidar qualquer dúvida que tenha sobre operação do BNDES com a nossa companhia. Eu gostaria de apresentar, primeiro, o Independência — não sei se todos estão familiarizados com a companhia. Ela é uma empresa familiar, foi fundada em 7 de setembro de 1977. Ela começou com uma pequena produção de charque para as Regiões Norte e Nordeste do País e depois veio se desenvolvendo com carne *in natura* e abate de bovinos. Em dezembro de 2004, essa companhia recebeu quatro certificações ISO na área de responsabilidade social, qualidade na produção de carnes, saúde e segurança no trabalho e no meio ambiente. Foi a primeira companhia frigorífica a receber as quatro certificações na indústria da carne mundial e segue até hoje sendo a única companhia que conseguiu esse feito no mercado. Até hoje, nenhum outro frigorífico possui essas certificações. Ela chegou a ter 18 plantas industriais, distribuídas por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais e Goiás e fora do Brasil, no Paraguai. De março de 2007 a dezembro de 2008, foi o período em que a gente começou a ter contato com o BNDES. Eu gostaria só de enfatizar que a empresa cresceu 290%. Essa empresa sempre esteve entre as quatro maiores empresas do setor, que eram Bertin, Independência, Marfrig e Friboi. Até o pedido de recuperação judicial nós mantínhamos 12 mil funcionários. Eu gostaria também de contar um pouco a história do BNDES, o relacionamento do BNDES com a companhia, porque isso pode até já dirimir algumas dúvidas de V.Exas. Nós estávamos preparando a companhia para abrir o capital dela em 2007. Em 2008, nós começamos a vislumbrar a crise econômica mundial que se abateu no mundo todo e não vimos muita possibilidade. Nisso a gente já vinha acompanhando o movimento do BNDES em outras companhias do setor. E nós entramos, em fevereiro de 2008, com uma proposta do BNDES para fazer parte do capital da



companhia. Em julho de 2008, este pedido foi aprovado, e a liberação dos recursos do aporte de capital seria mais ou menos para julho, agosto. Esse aporte seria no valor de 450 milhões de reais, que daria 13,9% de participação do Banco na companhia — isso para ser liberado em uma tranche. A nossa estratégia seria encarar a crise mundial com mais recursos no caixa, sem dívida, que seria uma participação. Esse percentual de 13,9% a 450 milhões deu uma valorização na companhia de 3,2 bilhões de reais. Era o que o próprio Banco avaliou que a companhia valia. Em novembro de 2008, por solicitação do Banco, eles nos contataram e falaram que estavam sem recursos e que queriam fazer o aporte em duas tranches. Vejam bem: no dia 28 de novembro, final do mês, foram liberados 250 milhões; o segundo aporte, de 200 milhões, seria feito no final do primeiro trimestre de 2009. Após o pedido de recuperação judicial da empresa, o Banco manteve uma participação de 21,8%, — e mantém até hoje — da companhia, sem o segundo aporte. Eu acho que era isso. Eu estou completamente... Hoje, ele detém 21,8% da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bem. Eu agradeço ao Sr. Roberto Graziano Russo e vamos passar agora à fase das interpelações.

Como Presidente desta Comissão, responsável pelo bom desempenho dos trabalhos da Comissão, informo que V.Sa. começará a ser inquirido agora pelos integrantes desta Comissão. Eu pediria a V.Sa. que fosse bem sucinto nas suas respostas, porque nós temos muitos oradores inscritos.

Neste momento, eu passo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha, para que possa fazer os seus questionamentos ao convocado de hoje.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Vice-Presidente, Miguel Haddad; Sras. e Srs. Parlamentares; ilustre depoente, Sr. Roberto Graziano Russo, ex-Presidente do Frigorífico Independência, meus cumprimentos.

Sr. Roberto, o Frigorífico Independência era uma empresa, pelo que consta, com uma saúde financeira bem robusta. O que levou essa empresa, com essa saúde financeira, a buscar no BNDES recursos para ampliar suas atividades?



De quem foi a iniciativa da participação do BNDES, BNDESPAR, no Frigorífico Independência? A iniciativa foi de sua parte? Quem V.Sa. procurou para requerer à instituição participação na sociedade controlada direta ou indiretamente por V.Sa.? Houve pedido de benefício para concessão dessa operação?

O Frigorífico tinha contrato de consultoria com alguma empresa que tivesse, naquele momento ou anterior a ele, algum diretor do BNDES ou de qualquer de suas subsidiárias?

A venda do Frigorífico Independência, já em recuperação judicial, à JBS não causou impacto à concorrência do mercado de proteína animal no Brasil? A venda do Frigorífico Independência, já em recuperação judicial, à JBS não causou impacto em relação às outras empresas concorrentes?

A nota publicada no *Valor Econômico* apontava, em 2013, que a compra do Frigorífico Independência pela JBS levou ao pagamento de 700 credores submetidos ao processo de recuperação judicial. Por outro lado, o plano de recuperação apresentado pela sociedade que era dirigida por V.Sa. e que foi aprovada pela Assembleia Geral de Credores indicava a existência de 4 mil. É possível especificar os números? Eram quantos, de fato? Quem ficou com o quê?

A que o senhor atribui o fato de ter recebido um aporte de 250 milhões em dezembro de 2008 e ter pedido recuperação judicial em fevereiro de 2009? Onde esse dinheiro foi aplicado? O BNDES foi negligente?

O BNDES apoiou a empresa num momento importante. Havia outros bancos que apoiavam o Independência ou somente o BNDES? Além do aporte de 250 milhões, quanto o BNDES emprestou para o Independência?

Essas são as perguntas iniciais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. pela participação inicial. O Relator volta dentro de instantes.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano, para que possa responder, de forma sucinta, direta e, acima de tudo, verdadeira, os questionamentos formulados pelo eminente Relator.

Com a palavra o Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Com relação à saúde financeira, sim. A empresa sempre teve uma saúde financeira, sempre foi muito saudável na



área financeira. O que ocorreu com a entrada do BNDES nesse setor foi uma aceleração da consolidação do setor. O setor vinha totalmente equilibrado e, com a entrada do banco na companhia, as outras quatro grandes companhias começaram a acelerar, para se consolidarem e ficarem num tamanho desejável também para abrir capital. Essa aceleração, nesse espaço de tempo, só consegue ser feita através de dívidas. A geração de caixa da companhia não é suficiente para crescer nesse volume. Repito: nós crescemos 290% a companhia em 1 ano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E como ela caiu tão rápido assim?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Ela não caiu tão rápido. Foram 24 meses. A companhia mantinha um departamento de RI ativo, onde ela transparecia no seu *site* o seu balanço e o seu endividamento, como se fosse uma companhia de capital aberto. O BNDES acompanhava isso tudo. Durante o ano de 2008, houve muitas tiradas de linhas da companhia, o que levou a companhia... A gente já previa que poderia acontecer isso em algum nível, mas não no nível que aconteceu em 2008. Essa deterioração do capital da companhia foi rápida no ano de 2008. Isso tudo foi publicado. Isso tudo é público. Além disso, a Moody's, no final de 2008, rebaixou a nota de crédito da companhia e ainda a botou em *outlook* negativo. Isso tudo o banco já vinha acompanhando pela agente que mandava reportes ao banco desde fevereiro...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não foram 24 meses, foram 13 meses.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É, minto: foi de março de 07 a dezembro de 08. Desculpe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - De novembro de 08 a fevereiro de 09.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É, mas não deteriorou de novembro a fevereiro. A deterioração foi do começo de 08 a 09.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Então não foram 24 meses!

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Foram, foram...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Foram 12.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Com 12 meses, 12 meses.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Doze meses. Ah, tá!

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - E a deterioração que eu falo, a gente vinha ampliando com linhas de crédito, e essas linhas foram tiradas. Isso faz parte



da deterioração do capital também. O senhor vinha trabalhando com capital de terceiro e, com a crise de 2008, isso foi tirado. Foi por isso que nós recorremos ao banco no começo de 2008. *(Pausa.)* Posso partir para a iniciativa? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O senhor questionou sobre a iniciativa. A iniciativa foi nossa, de recorrer ao banco, devido a como o banco já vinha operando com outra empresa do setor. Nós procuramos os... Nós fomos indicados ao Sr. Caio Melo, lá no banco, da área de mercado de capitais, e tocamos todo esse processo com ele e com o Sr. Eduardo Rath Fingerl, que era um diretor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Esse processo durou quanto tempo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Foi de fevereiro de 2008, para liberação dos recursos, parte deles, em novembro... fim de novembro de 2008. Nós não tínhamos... Nós tínhamos uma consultoria, sim, que atuava nos auxiliando, que não tinha ninguém que trabalhava no BNDES. Era uma consultoria financeira independente, para montar *valuation*, montar sua parte técnica, mas não possuía ninguém que era do banco, funcionário do banco, nada. *(Pausa.)* O senhor perguntou sobre a venda da companhia, se causou impacto no mercado interno, em outras empresas. A companhia era bem grande e, sem dúvida, na hora em que ela vai para a mão de outra companhia, ela acaba causando impacto, principalmente, no fornecimento de gado ali, o senhor acaba se restringindo à falta de opção. *(Pausa.)* O senhor questionou sobre credores, e eu não tenho esse número agora, para ser exato, da recuperação judicial. O senhor falou de 4 mil credores e de 700 credores. O que aconteceu? Quando da compra do JBS, ele comprou os créditos todos da companhia e para esses créditos havia garantias. Por último — e este é um ponto que eu queria colocar também —, a companhia sempre foi muito autônoma na área financeira e trabalhou sempre com mercado, com bancos comerciais no mercado, tanto aqui como em Nova York. A companhia, depois de pedir recuperação judicial, foi a única companhia que conseguiu fazer um *DIP Financing*, que é um financiamento pós-recuperação, para manter a companhia funcionando, em Nova York, de 165 milhões de dólares. Para fazer isso, nós demos as fábricas em garantia. Quando o JBS comprou esses créditos todos, inclusive do *DIP Financing*,



aí ele assumiu todas as fábricas da companhia. Foi assim que foi feita a compra, aprovada na recuperação judicial, aprovada em assembleia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vocês operavam em quantos países?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Basicamente no Brasil — em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais e Goiás — e no Paraguai. A fábrica do Paraguai não foi ao JBS. A gente estava em processo de compra. Na época da recuperação judicial, foi feito um acordo com os proprietários de a gente receber o dinheiro de volta que tinha dado de sinal e não pagar o saldo que faltava. (*Pausa.*) Desculpe, o senhor perguntou sobre o aporte de recurso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O senhor teve aporte de recurso da iniciativa privada, então?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, a empresa trabalhou... Na recuperação judicial, foram 38 bancos comerciais listados como os credores, dentre eles Santander, Citibank, J.P. Morgan, todos os bancos comerciais. A empresa nunca teve relação com o BNDES, ela nunca teve dívida com o BNDES, a não ser os Finames, que não são dívidas diretas com o banco — a empresa pega um agente financeiro, que seria um banco comercial, que toma o risco, e aí só vem o *funding* do BNDES. Isso é um procedimento de compra — refiro-me ao Finame — de máquinas, equipamentos, caminhões. A empresa nunca teve dívida, assim, com o BNDES direto. A única que teve foi essa aprovação do aporte de capital.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A empresa ainda continua em recuperação judicial ou já concluiu a recuperação?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, a empresa está em fase de conclusão da recuperação judicial. Ela continua viva, eu continuo Presidente da companhia, mas de uma companhia de que hoje pouco restou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator pela explanação inicial e passo a palavra, neste momento, ao autor do requerimento, Deputado Miguel Haddad, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Roberto e esclarecer que os convites e as convocações estão ocorrendo com todas as empresas, as empresas campeãs que tiveram linha de crédito pelo BNDES. Da mesma forma que o Frigorífico Independência, outros



frigoríficos de outras empresas que tiveram um volume considerável estão sendo convidados para que venham e esclareçam alguns pontos.

Eu queria reiterar um pouco a indagação do Relator. As demonstrações financeiras de 2007 e até junho de 2008 demonstravam a situação financeira do Frigorífico Independência, ou seja, que a empresa se encontrava em boa situação financeira. Eu quero reiterar essa questão: como é que o senhor explica que os demonstrativos do frigorífico sinalizavam para a existência de uma boa condição econômico-financeira e, logo depois da liberação dos recursos, nós tenhamos aí o pedido de recuperação judicial, em 27 de fevereiro de 2009? Queria começar a insistir um pouco nisso, para que V.Sa. pudesse nos esclarecer um pouco melhor sobre isso.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Tá, perfeitamente. Eu vou ser um pouco mais explícito aqui nos fatos. A nossa dívida... Como a empresa tinha 80% do seu faturamento para exportação, nós éramos muito confortáveis em ter dívidas em dólar. A nossa dívida, a maioria dela, era indexada ao dólar. No ano de 2008, nós emitimos um *bond*, que é um título de dívida no mercado externo, de 300 milhões de dólares; contraímos novas linhas de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio — ACC; houve a desvalorização do Real, em 2008, e tivemos perda com derivativos também; houve uma dívida que nós tínhamos com o J.P. Morgan, de Nova York, na *holding*, que é a IPAR, a Independência Participações, a qual, por exigência — e essa dívida não constava em balanço, porque era dívida da *holding* — do banco, nós tivemos que baixar essa dívida para a ISA, que é a Independência S.A., e só nessa baixada já cresceu em 100 milhões de dólares a dívida.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Exato, foi exigência do banco. A gente sabendo... Como nós tínhamos uma dívida muito grande com credores internacionais e bancos locais também, sabendo dessa evolução, dessa deterioração do nosso balanço, nós contratamos, em 2009, assim que pedimos a recuperação judicial, a empresa KPMG, que fez um relatório de performance financeira, para que a gente pudesse apresentar e ter uma análise de fora, independente, de uma auditoria independente, para que fizesse esse trabalho e



puдesse apresentar. Esse relatório foi entregue a todos os credores financeiros e mais ao BNDES também.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Como é que o senhor vê essa política econômica do BNDES na escolha dos campeões, das empresas campeãs? Isso estimula o mercado? Isso é positivo? O senhor entende que isso auxilia o mercado e fortalece as empresas como um todo? É uma política, na sua opinião, adequada para o mercado?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É... A minha opinião é que um banco de desenvolvimento de um País não precisa ter ação de frigorífico. Eu acho que é um mercado totalmente equilibrado, que anda sozinho, em que as empresas, até de onde elas vieram, se sustentaram com mais dívida ou sem dívida. Mas, no nosso caso, por exemplo, nós nos dávamos muito bem com o mercado financeiro comercial, com os bancos comerciais.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Perfeito.

A empresa de vocês financiou ou apoiou alguma campanha política durante...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Nunca apoiou nenhuma?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Eu só queria registrar: o meu pai pertenceu a esta Casa, ao Senado, por 1 ano, quando foi suplente da Senadora Marisa Serrano. Isso foi por 1 ano só, depois ele teve um acidente de saúde e ele está afastado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas nem a empresa e nem enquanto pessoa física?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, a empresa não. Falo isso sobre a pessoa física dele. Em 2004, todas as ações da companhia saíram dele; e nós já assumimos a companhia. E aí nós não tínhamos relação nenhuma com a política, tirando esse evento dele.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Nem pessoa física, nem pessoa jurídica?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Jurídica não.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - E física?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Física também não.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k. O BNDES tentou, na verdade, propôs uma... através da Câmara da Bolsa de Valores...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, da Câmara de arbitragem.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Isso, da Câmara de arbitragem. O banco propôs que o Frigorífico Independência recuperasse, recomprasse as ações. Está correta essa afirmação?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, ele questionou que nós rompemos o acordo de acionistas e, no rompimento do acordo de acionistas, ele seria credor do valor que ele aportou à empresa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Pode falar.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É que esse processo correu em sigilo. Acabei de tomar uma bronca aqui, desculpe-me. É o processo da arbitragem.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O processo da arbitragem é de conhecimento público. Como é que o senhor vê essa questão do processo de arbitragem por parte do BNDES? O senhor tem opinião sobre isso? Acha que o BNDES agiu corretamente quando se socorreu desse procedimento?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu acho que foi um direito que lhe assistiu naquele momento. Eu acho que, na minha opinião, foi um direito dele.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k. Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel Haddad.

Passemos agora para a inscrição das senhoras e dos senhores Parlamentares.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, eminente Deputado Arnaldo Jordy.

Informo a V.Exas. que sobre a mesa encontra-se ofício do Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, designando, através das prerrogativas regimentais, o Deputado Arnaldo Jordy, para que S.Exa. possa usar da palavra em nome do PPS.

Concedo a palavra, então, ao Deputado Arnaldo Jordy, pelo tempo de 3 minutos, para que V.Exa. possa fazer o seu comunicado de liderança e, na sequência, mais 5 minutos para que possa inquirir nosso convocado.



V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, nosso convidado, Sr. Roberto, esse caso, pela primeira vez, é uma expressão evidente de que todo o mundo fantasioso que o BNDES vem propagando nesta CPI, através dos seus presidentes, diretores e tal, começa a se desnudar.

É evidente que o bom senso, o raciocínio primário é o de que uma empresa que tem investimentos e a participação do BNDES, de mais de 20% em ações, em 1 ano quebra. Tudo aquilo que nós ouvimos aqui nesta CPI a respeito das seguranças, das garantias, da eficácia, da *expertise*, tudo isso *a priori* falece, Deputado Edson.

O exemplo que nós temos da sua empresa, o Frigorífico Independência, é exatamente a negação de toda essa propaganda enganosa, na minha opinião, que o BNDES tenta nos passar aqui.

Dito isso, eu queria dizer o seguinte: o Sr. Julio Cesar Ramundo, que esteve na semana passada aqui conosco...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Esta semana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Aliás, esta semana, exatamente, foi terça-feira. Obrigado, Deputado José Rocha. Ele, que esteve aqui esta semana, portanto, anteontem, esteve aqui também em junho de 2014 do ano passado na Comissão de Agricultura, a convite do Deputado do Onyx Lorenzoni. E, no depoimento dele sobre o caso da Independência, ele diz o seguinte, o Sr. Julio Ramundo, que aqui esteve semana passada: *“É importante dizer que, posteriormente à recuperação judicial que se deu em 2009, a companhia divulgou seus resultados do balanço de 2008, mas divulgou também, por meio dos auditores, revisões no que diz respeito às suas contas exteriores. Então, foram emitidos relatórios de duas renomadas auditorias: A BDO e a KPMG, em que, após a recuperação judicial, foram feitos ajustes contábeis muito significativos. São ajustes contábeis da ordem de 1 bilhão de reais, que foram feitos retroativamente na data de 1º de janeiro de 2008”*. Isso, repito, segundo depoimento do seu Julio, após a recuperação judicial, que foi em 2009.



Continua o Sr. Julio: *“Vale dizer que as informações que o BNDES utilizou na sua análise eram informações dos balanços auditados também sem ressalvas, conforme eu disse”* — no caso, ele dizendo —, *“ de 31 de dezembro de 2007, meados de 2008, e ainda em setembro de 2008. Portanto, em três momentos: 2007, meados de 2008 e em setembro de 2008. Esses balanços não ofereciam elementos para se julgar”* — disse aqui o Diretor do BNDES que os balanços não tinham elementos suficientes pra se julgar — *“de forma alguma, um ajuste desta magnitude. Nós tínhamos um patrimônio líquido aí, apresentado no balanço de 31 de dezembro, de 573 milhões, que depois vira negativo, em 393 milhões, o que significa uma mudança de quase 1 bilhão de reais.”*

Este é o depoimento do Sr. Julio, aqui nesta Casa, na Comissão de Agricultura, em junho de 2014.

Eu pergunto: como se deu a compra das ações por parte do BNDES? Foi o Banco Frigorífico que procurou o Banco? Esta é primeira pergunta que eu queria que o senhor anotasse aqui, objetivamente.

Quando ocorreu o contrato, o senhor já sabia da grave situação contábil da empresa? Era do seu conhecimento, ou não?

Segundo informações do Diretor do BNDES a que eu acabei de fazer referência, que esteve aqui nesta Casa dando este depoimento, eu pergunto: essa informação — com o ajuste contábil da ordem de 1 milhão, que eu acabei de relatar segundo o depoimento do seu Julio — o senhor confirma? O banco já tinha condições de concluir que a empresa iria falir? Ou seja, já havia uma previsão de que a situação poderia decorrer como decorreu? Essa é a primeira pergunta, esse é o primeiro conjunto de perguntas.

Segunda pergunta: conforme informações apresentadas por esse diretor do BNDES aqui, em fevereiro de 2009, dias antes do pedido de recuperação judicial, o Frigorífico divulgou a intenção de recuperar os *bonds*; chegou até a negociar uma linha de crédito com o Banco de primeira linha, de cerca de 300 milhões — 200, quase 300 milhões. Eu pergunto: quais eram as reais intenções dessa movimentação, já com esse histórico decorrido?

Por fim, Sr. Presidente, por que razão a ação proposta pelo BNDES perante a Câmara de Arbitragem do Mercado Bovespa ocorreu sob sigilo? O senhor tem como



nos informar as razões pelas quais esse sigilo ocorreu na Câmara de Arbitragem? Eram as perguntas que eu queria fazer a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Arnaldo Jordy.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano, para que possa responder os questionamentos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não. Primeiro, eu gostaria de frisar aqui que eu não conheço seu Julio César Ramundo, nunca estive com ele. Foi a empresa que procurou o banco. A empresa nunca teve problema contábil. O que a empresa teve foi problema financeiro. A empresa era auditada pela BDO até a recuperação judicial. Para fazer o aporte do Banco, o Banco exige uma *due diligence* com uma outra empresa de auditoria. Foi contratada a BLB-BKR. A KPMG foi assessora da companhia de 2004 a 2008, quando a gente implantou governança corporativa com a assessoria da KPMG. Em 2009, a KPMG fez esse relatório de *performance*, exatamente para dirimir essas dúvidas todas. Além disso, quando nós pedimos a recuperação judicial, nós passamos por uma perícia contábil do processo da recuperação judicial. Para tranquilizar e dar mais transparência a todos, nós, depois de todo esse processo, trocamos, fizemos um revezamento da auditoria da empresa, e contratamos a PWC. Senhores, de tudo que eu falei, estou falando de três empresas das *Big Fours* auditoras no planeta. Esse processo que o senhor falou, de deterioração do balanço, foi assunto no processo arbitral, basicamente, e já foram sanadas essas dúvidas todas no processo arbitral, por árbitros independentes, por uma câmara independente — privada, não pública.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O que o senhor diz de sanado? O que já foi sanado? O senhor poderia...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - As dúvidas. Desculpe, as dúvidas todas com relação a isso já foram sanadas. Esses 300 milhões de dólares realmente houve. A gente tinha uma dívida de 300 milhões de dólares, e é normal isso — quando você tem um *bond* emitido, o senhor faz outro para repagar aquele, para baixar o custo da dívida. Essa é uma operação corriqueira nossa. E, aí, nós já estávamos falando a eles de tudo que a gente estava fazendo desde fevereiro de 2008.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor me permite um breve... ainda tenho, acho, um minuto e meio.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O relatório do Tribunal de Contas da União diz exatamente o contrário do que o senhor está nos dizendo em relação à saúde contábil da sua empresa. O senhor acabou de dizer aqui, salvo engano, que o senhor não tem conhecimento, nunca houve problema contábil na sua empresa.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Contábil, não; financeiro. Desculpe.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, o senhor disse que o problema era financeiro.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Financeiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Que do ponto de vista contábil...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ... estava absolutamente... O que eu estou lhe dizendo é que o relatório do Tribunal de Contas da União diz exatamente o contrário, que há problemas contábeis graves; aliás, gravíssimos. O senhor se disporia a fazer uma acareação com o Diretor do BNDES a que eu me referi aqui e o auditor do Tribunal de Contas da União, para esclarecer essa dúvida sobre a questão da saúde contábil da sua empresa?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não. Eu só gostaria de conhecer esse relatório antes, do Tribunal de Contas da União, porque eu o desconheço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perfeito. Mas o senhor se dispõe a isso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não tem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perfeito. O senhor pode seguir.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A segunda pergunta foi sobre a recompra do *bond*. Eu não sei se eu já esclareci, da recompra do *bond* (*Pausa.*). E a terceira: a arbitragem segue em sigilo por questões regimentais do processo de arbitragem. Não é um pedido de nenhuma das partes, é uma prática da Câmara de Arbitragem. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado, V.Exa. está satisfeito? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Por ora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador escrito, o eminente Deputado Delegado Edson Moreira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu não consigo... Eu já estive em várias unidades bancárias para conseguir empréstimo, e nunca consegui nada. Esse pessoal consegue empréstimo com uma facilidade incrível. Eu não sei como conseguem. Eu já tentei várias vezes, e nada *(Risos.)*

Considerando que o Independência, além da operação de participação de capital, também já captou, via agências financeiras, financiamentos do BNDES entre 2005 e 2009, V.Sa. acredita e confirma que a atuação do BNDES e de seus agentes financeiros é completamente blindada de práticas distorcidas, como pagamento de propinas para a obtenção de empréstimos, tráfico de influência, atuação indevida de intermediários? Que contrapartidas foram exigidas pelo BNDES para aprovar a operação? V.Sa. considera que algumas exigências feitas pelo Banco foram exageradas ou inapropriadas? Em caso afirmativo, poderia mencionar quais foram elas e quem fez as exigências?

O Grupo Independência pegou empréstimo do BNDES e, 3 meses depois, entrou em recuperação, com esse capital todo. Se já sabia que ia entrar em recuperação, por que pegou o empréstimo?

E também, por último, só para fechar, na época do empréstimo, durante essa época do empréstimo, tinha uma dívida dos senhores, à época da operação da ... a dívida do Independência com os credores já chegava a 4 bilhões, e assim mesmo o BNDES emprestou o dinheiro para os senhores?

Muito obrigado. Só isso, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., V.Exa. tem 3 minutos, e passo a palavra ao eminente convocado, Sr. Roberto Graziano.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Primeiramente, V.Exa... Não foi um empréstimo, foi um aporte de capital. Aportes de capital não ocorrem com garantia. No aporte de capital é feita uma análise bem detalhada da companhia para fazer o



aporte de capital. Os empréstimos que tínhamos de FINAME, e esses ... eram coisas muito corriqueiras. As garantias para isso, a gente tem que dar para o banco comercial, tipo um BRADESCO da vida. Então, a garantia, às vezes, é o próprio bem que o senhor compra: um caminhão, uma máquina. Então eu não reconheço no banco nenhum pagamento de propina para isso, nada. Pelo contrário, eu queria registrar que a parte técnica do Banco sempre foi muito competente na análise e no relacionamento com a gente. As exigências que o senhor falou sobre o contrato, eu queria frisar uma só, que foi um gatilho que tinha no contrato, que eles puseram. Caso a dívida aumentasse, a participação do Banco ia aumentar também, com o mesmo capital. Esse é um contrato, um gatilho que se põe quando o senhor já vê que a empresa vai crescer e ela pode ficar mais endividada. Então, era de conhecimento, sim, do Banco a nossa estratégia, a nossa política de crescimento, aliás, alimentada por ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O senhor pode esclarecer melhor essa... Entender melhor essa ...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Quando a gente tem uma empresa em pré-execução de um IPO, de uma abertura de capital, é normal que o senhor tome algum endividamento, para crescer essa companhia, fazer uma valorização maior dessa companhia e conseguir vendê-la mais cara. Depois, o senhor troca a dívida pelas ações do mercado. Foi isso que aconteceu com algumas empresas do setor. Outras, por conta da crise, não tiveram tempo de fazê-lo, que foi o caso específico do Bertin e do Independência.

Após isso, eu tenho uma relação aqui de mais dezessete empresas frigoríficas que pediram recuperação judicial. Há um crescimento, a gente já sabia, já vinha discutindo isso com o BNDES, as compras que a gente fez de outras empresas eram de conhecimento delas, para crescer essa empresa e irmos a mercado junto. A BNDESPAR aporta capital para ir a mercado junto, e depois ela sai desse capital da companhia. Fizemos isso junto. Esse desconhecimento do Banco dessa evolução, eu não concordo, porque ele participou com isso. Por último, a nossa recuperação judicial foi 2,8 bilhões de reais. A recuperação, toda...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A recuperação?



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - ... a dívida da companhia colocada na recuperação judicial foi de 2,8 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Recuperou?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Recuperou. Hoje faltam quatro credores só a ser pagos, quatro bancos credores só a ser pagos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas o Frigorífico está com o senhor ainda?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu gostaria de falar para os senhores que, na política de campeão nacional, eu sou o perdedor nacional.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O povo brasileiro também.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E lógico que esse dinheiro aí é tudo do povo brasileiro, que está indo para esses lugares aí. Mas, segundo o pessoal do BNDES que veio cá, falou aqui que tudo é mil maravilhas, o BNDES, mil maravilhas. Eu até não concordei com essa CPI porque, pelo BNDES, está tudo maravilhoso. Agora, nós estamos vendo que não é bem assim. Mas eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Delegado Edson, e passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Paulão, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes. Sr. Roberto Graziano, na exposição de V.Sa., o senhor fez um histórico em relação à constituição do Frigorífico Independência, inclusive, na sua fala, dando destaque ao seu pai, que foi inclusive Senador por esta Casa. No aspecto político, o seu pai foi filiado a qual partido?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Primeiro ao PSDB, depois ao PR.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - PR. O senhor falou que ele foi suplente da Senadora Marisa...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Marisa Serrano, pelo Mato Grosso do Sul.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Qual o partido da Senadora?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - PSDB.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O Deputado Haddad, como primeiro Deputado que fez pergunta a V.Sa., fez uma pergunta com bastante inteligência, questionando o processo de um grupo tão forte em relação ao segmento dos frigoríficos no Brasil, mas, de uma forma sintética, eu gostaria que o senhor repetisse. Qual foi o motivo da situação do Frigorífico chegar à recuperação judicial, já que esse processo em relação aos outros frigoríficos, principalmente os grandes frigoríficos, estava incluso o Grupo Independência, como V.Sa. e o Grupo então se comportaram no mercado? O senhor poderia pontuar quais foram os pontos mais graves em relação a essa adaptação?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO- Pois não. Basicamente dois pontos eu responderia a V.Exa. Primeiro, o crescimento da companhia de uma forma rápida e em base de endividamento. Esse é um ponto que, numa situação de *stress*, como ocorreu em 2008, pode ser perigosa. Segundo, foi uma promessa de aporte do Banco de 450 milhões de reais em julho; e um aporte em novembro de 250, e depois não ter mais aporte.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - E quais os motivos dessas promessas do banco ... por que não foram concretizadas?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não sei falar para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Por último, Sr. Presidente, para otimizar o tempo, o Frigorífico entrou em recuperação judicial. No período de recuperação, a gente percebe que algumas empresas, alguns credores tiveram questionamentos, mas o senhor falou que hoje são três bancos. Quais os motivos de questionamentos desses últimos credores, o consenso, enfim, quais são também, vamos dizer assim, o nó crítico ou os nós críticos que esses credores não chegaram ao consenso para que pudesse ter celeridade, e o Frigorífico voltar ao mercado de novo, e sair da recuperação judicial?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não. Desculpe, eu foquei na segunda e perdi a primeira.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Com relação à recuperação judicial, a gente verifica que houve questionamento...



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, pois não.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - ... de algumas empresas ou bancos. Como é que está indo o processo de recuperação, que motivos desses últimos que ainda travam o grupo voltar à normalidade?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Na verdade, essas últimas empresas que faltam, esses últimos bancos que faltam ser negociados não travam nada. Eles são bancos que estão negociando com JBS a compra dos créditos da companhia. O JBS comprou os créditos todos, ele pegou a relação da recuperação judicial, todos os credores, e comprou esses créditos. Então, essas empresas que estão negociando, elas são credores que estão negociando direto com o JBS, e não com o Independência. O motivo do entrave dessas negociações são valores e são empresas extraconcursais, são linhas de ACC. Pela Lei 11.101, os ACCs não ficam dentro da recuperação judicial. Então, o que foi feito, quando a gente pediu a recuperação, nós fizemos um acordo com os credores de ACCs, pagando um valor para eles diferente do dos outros credores quirografários. Como esses credores não são quirografários, ainda há um pouco mais de dificuldade para negociar com eles.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - A relação do Frigorífico Independência com o Grupo JBS, o senhor avalia que foi um bom negócio para o Grupo Independência?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Péssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, não ficou clara essa questão dos credores. O senhor confirma, eu queria que o senhor explicitasse melhor essa questão dos credores: quanto realmente de credores ainda estão pendentes de serem resolvidos com o banco?

A relação dos credores não ficou clara, quanto realmente a companhia tem que acertar com esses credores. Quantos credores, qual é o montante disso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu vou voltar um pouco aos credores, porque eu fiquei devendo uma resposta ao senhor. O senhor falou em 4 mil credores, e foram 700. A companhia pagou muitos credores no primeiro processo. Com essa captação que nós fizemos desse *deep finance*, nós pagamos



muitos credores, e credores com menos de 200 mil reais foram todos quitados. Restam 4 bancos que faltam serem negociados os créditos deles, que o JBS está negociando com esses bancos.

O SR. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - Existem vários credores que não estão pagos ainda, mas estão no plano. E vão ser pagos. É isso que o Relator está querendo falar.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A proposta da JBS é comprar esses créditos. Isso não foi feito ainda por questões burocráticas, jurídicas, processuais, mas serão pagos todos esses credores.

O SR. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - Na recuperação.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Dentro da recuperação judicial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Existe estimativa de tempo?

O SR. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - Porque os trabalhistas já estão prontos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Trabalhistas já estão 100% pagos, e esses credores... É uma questão processual. Eu não sei falar para o senhor tempo disso dai como funciona o tempo disso daí, de processos, como que funciona, com a juíza da recuperação. Acho que o doutor pode falar melhor.

O SR. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - Eu consigo para o senhor uma relação dos credores pagos, se o senhor quiser. Eu junto aqui na CPI para o senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vamos socializar aí, porque ninguém está entendendo nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há um compromisso aqui da assessoria jurídica, dos advogados, de que vão enviar à Comissão cópia do que o Relator está solicitando. Então, V.Exas. também terão acesso ao...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado José Rocha, V.Exa. poderia traduzir para nós outros, mortais, o que está acontecendo aí por trás da banca?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu informo a V.Exas. que aqui estão dois advogados que estão assessorando o nosso convocado, e, às



vezes, claro, como eles não podem se manifestar, a conversa fica restrita ao Relator. Mas o Relator vai socializar com V.Exas. agora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não há nenhum sentido conspiratório nessa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A minha pergunta, ilustre Deputado Jordy, é no sentido de ele explicitar quantos credores ainda faltam ser resolvidos com a companhia.

O SR. PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI - No grupo da JBS a gente está resgatando essa situação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Correto. E do processo de recuperação judicial. E qual é o montante disso e o tempo que se estima para que seja resolvida essa questão com os credores. É essa a minha pergunta a ele.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, não. Desculpe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quatro mil credores.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe. Acho que são dois pontos. Foi questionado aqui o volume de credores na recuperação, e eu não tenho o valor para precisar para o senhor desses 4 credores.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. No processo, eu fui questionado que seriam 4 mil credores e 700.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Setecentos foram levados para a JBS, e o Banco, a companhia...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Na recuperação eram 4 mil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E a companhia ficou de pagar os 4 mil na recuperação judicial. Não é isso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Perfeito, exatamente. Já foi feito. Desses 700 que foram para o JBS, faltam 4.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Faltam 4.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Entendeu, Getúlio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator e passo a palavra ao eminente Deputado Edio Lopes, pelo tempo de 5 minutos.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Sras. e Srs. Deputados, a minha pergunta inicial é se entre esses quatro que restam aí está incluído o BNDES e em que proporção? Essa é a primeira pergunta.

Sr. Roberto, nós imaginamos que uma empresa do porte do Frigorífico Independência, nos idos de 2008, era uma empresa que pagava, fazia pagamentos todos os dias e também contraía novos empréstimos na mesma proporção, na mesma velocidade. A minha pergunta é: nós sabemos que contratação de crédito de banco com empresa é operação de risco, e o BNDES ou qualquer outro banco de desenvolvimento, em qualquer lugar do mundo não está isento de, em uma ou outra operação, ter dificuldade e até mesmo ter prejuízos. A minha pergunta é: naquele momento em que os senhores estavam contratando com o BNDES um aporte de crédito, também existiam outros bancos iguais privados que também estavam, naquele momento, com a mesma documentação, os mesmos relatórios, também contratando operações de crédito com os senhores. Quais seriam os bancos e em que proporção seriam esses contratos, se existentes forem.

Eu aguardo essas respostas, Sr. Presidente, para, se necessário, continuar a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem 3 minutos ainda.
Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não. Os quatro credores sobre os quais o senhor perguntou primeiro, o BNDES não é credor da companhia, ele aportou capital como sócio, ele é sócio da companhia. Eu hoje, numa análise econômica, eu não vejo que o BNDES perdeu dinheiro, porque ele é sócio de outra companhia que acabou absorvendo o Independência. Esses 250 milhões que ele pôs no Independência, de um jeito ou de outro, ele está sendo beneficiado em outra companhia.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só para esclarecer: a JBS hoje é a devedora deste aporte? E, trocando assim num linguajar...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Desculpe, não, não é isso. Não é isso. O que o Independência representava, esses 250 milhões de aporte do Banco à empresa, ela tinha um valor, aquilo que eu falei: o Banco avaliou a companhia em 3,2 bilhões de reais, e ele pôs um aporte de 250. Essa companhia, ela foi



incorporada à JBS. O que valorizou as ações do Banco no JBS foi muito mais do que esses 250 milhões. O BNDES não teve prejuízo nessa operação. A família é que teve o prejuízo nessa operação, o Banco não teve. Aí eu já parti para o prejuízo do BNDES, sobre o qual o senhor perguntou. Os relatórios que havia na companhia, relatórios financeiros, eles eram um só. Para todas as operações eram disponibilizados o mesmo relatório. Na época, nós estávamos fazendo essa recompra dos *bonds* num valor de 300 milhões de dólares, sendo que o aporte do BNDES foi de 250 milhões de reais. Então havia operações financeiras. O que a gente vislumbrava para o Banco era fazer uma captação de dinheiro, trocando por ações, em que não ia endividar mais a companhia, porque a gente já achava que já estava muito endividada.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sim, mas eu lhe perguntei se, naquele mesmo momento em que o senhor estava fazendo esta operação com BNDES, se naquele mesmo momento a sua empresa estava contratando alguns empréstimos com bancos privados.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, senhor. Esse é a remissão dos *bonds* de 300 milhões de dólares com o Banco Santander.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com o Banco Santander?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O Banco Santander era o agente da emissão dos *bonds*.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O senhor citou aqui o J.P. Morgan, e nós sabemos da rigorosidade que esses bancos têm ao contratar empréstimos, sobretudo com empresas latinas. Neste momento também houve operação junto a essa instituição financeira?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - J.P. Morgan foi no começo de 2008.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Com os mesmos relatórios, com os mesmos balanços?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Esse é um só, os documentos são um só. Eles são disponibilizados para todos os agentes financeiros.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, a minha conclusão é de que não há aqui que se falar em dissonância entre o que o BNDES trouxe até hoje a esta Comissão, e há o que o Sr. Roberto está nos trazendo: o BNDES afirmou que



fez esta operação baseado em documentos que lhes dava o suporte necessário à contratação. E ele está nos afirmando que instituições financeiras americanas, cujo rigor é inquestionável, também operaram neste mesmo momento, e nem um nem outro teria bola de cristal para saber que meses depois a empresa entraria em uma queda livre no mercado.

Portanto, não vejo aqui — esta é minha opinião — o que falar em omissão ou falta de zelo e cuidado do BNDES nas operações.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Adail Carneiro, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais pares, eu quero aqui dirigir-me ao Sr. Roberto Russo.

Ouvi atentamente quando do nascimento dessa empresa, em 1977, a fundação dela, e que no ano de 2004 ela foi agraciada com quatro comendas, dentre elas certificações como sendo uma empresa que muito contribuiu para o desenvolvimento do País, naturalmente, enfim, de acordo com as certificações.

E ouvi também aqui atentamente que vocês buscaram o BNDES precisando de um aporte de 450 milhões e oferecendo com isso participações na empresa. Mediante avaliação do banco e diante de suas condições, lhes foram oferecidos 250 milhões, e esse valor corresponde a exatamente 55,56% do solicitado por vocês.

Bom, ora liberados 250 milhões, que foi no mês de novembro de 2008, esses 250 milhões passaram a ser úteis à empresa e naturalmente com uma participação de 21,8%. Concordam?

Em fevereiro de 2009, a empresa ingressou com um pedido de recuperação judicial logo 3 meses após, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Então, 3 meses após ela entra com um pedido de recuperação judicial. Tudo isso me leva a fazer as seguintes perguntas: primeira, quem definia as estratégias comerciais e financeiras do Frigorífico? Segunda: por que e em qual momento a diretoria decidiu captar recursos em bancos, tendo em vista que o senhor falou agora há pouco que essa empresa não precisava de buscar recursos em outras instituições financeiras?



Terceira: o senhor poderia fornecer a esta Casa o plano de negócio desenvolvido pelo BNDES, a fim de aprovar essa participação? Poderia também fornecer os documentos enviados para análise de crédito, como por exemplo, balanço, endividamento, entre outros documentos? Quarta: esta Casa precisa saber qual a opinião sobre o resultado da operação. Já foi colocado aqui em parte, mas gostaríamos de saber na íntegra. E quinta: quem era o diretor de relações públicas e privadas com o mercado em geral?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Adail. Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano, lembrando que V.Exa. dispõe ainda de 1 minuto e 40 segundos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pois não. Primeiro, só pra esclarecer, o Banco não pôs 250 milhões por 21%. O contratado era 450 milhões por 13%. Havia um gatilho nesse contrato que, se o endividamento da companhia subisse, ele ia tomando mais percentagem da companhia por menos capital. Depois que pediu a recuperação judicial é que banco e companhia, depois que tinha pedido a recuperação judicial, o banco não fez mais o aporte dos 200 milhões. A definição da estratégia comercial e financeira era sempre da companhia. Toda definição estratégica é da companhia, isso em qualquer empresa que o BNDES participe. O senhor falou da captação de recursos. Um frigorífico que abate 12 mil bois por dia e processa seus 12 mil couros está sempre captando recursos. Este é um movimento que às vezes o senhor tem uma dívida, está captando outra para baratear aquela, está inovando, está aumentando o seu crescimento, precisando mais de capital de giro. Isto não é uma deliberação; desculpe, porque vai vir o dinheiro do BNDES, o senhor para a companhia. Mais ou menos, se eu fizesse isso, eu teria pedido a recuperação judicial muito antes, porque o banco atrasou em 6 meses a liberação e, quando o fez, fez pela metade. Se a gente tivesse tido essa estratégia, já tinha quebrado lá atrás. À referência dos documentos, balanços e tudo, eu preciso ver o que temos na companhia, não vejo problema. Relação pública e privada, não tinha nenhuma pessoa específica. Cada pessoa da companhia fazia sua relação com seu mercado. E eu era o presidente da companhia, eu fazia todo o relacionamento da companhia.



O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - O senhor também mencionou que essa empresa foi absorvida por outra e que a participação do BNDES foi junto. Hoje, se o BNDES tivesse a necessidade de se desfazer dessa participação, esse valor investido à época seria retornado ao banco com toda a sua correção à vontade do banco no tempo que ele acreditar ser necessário?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, as ações do Independência valem perto de zero hoje para todos os acionistas, tanto para o BNDES como para nós. O banco ficou com 21% das ações, e nós com 79%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Os ativos, as plantas; a companhia, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Os ativos foram para a JBS.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Significa dizer, então, que o BNDES, hoje, mesmo tendo essa participação, sendo dono dessas ações, hoje, por um desequilíbrio econômico que houve no grupo, naturalmente, o BNDES encontra-se numa condição de não poder reaver a sua participação na mesma totalidade que foi feita à época?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Então, significa dizer que há algo de generoso que foi feito pelo banco a essa empresa naturalmente. E o nosso trabalho aqui como "inquerentes" é saber o que efetivamente houve diante dessa transação em que o BNDES entrou como participante.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe, o banco pegou uma empresa que ele avaliou por 3 bilhões e duzentos, eu não sei por que agenda atrasou os aportes, a empresa se viu em recuperação judicial — eu não sei se alguns dos senhores participaram já de algum processo de recuperação judicial —, e o banco fez algo de generoso com a companhia! Desculpe, eu não estou conseguindo entender o que de generoso este banco fez com essa companhia, sendo que tínhamos uma companhia que valia 3,2 bilhões, e, hoje, pouco resta dela.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Não me dou por satisfeito, porém o meu tempo acabou. Continuamos em uma outra oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. fez alguns requerimentos verbais de solicitação de documentos. Eu consulto o Sr. Roberto Graziano Russo se V.Sa. pode já enviar sem que oficializemos a solicitação do eminente Parlamentar, ou V.Sa. prefere que oficializemos isso através de um requerimento.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O plano de negócios do BNDES é do banco, do BNDES. O resto, o que o senhor demandar, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k. Agradeço a V.Sa. e passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Roberto Russo.

Sr. Roberto, é muito estranha essa operação do BNDES com o frigorífico do senhor, o Independência. Eu não estou fazendo juízo de valor. O que nós queremos aqui é tentar conhecer para salvar, para entender o que foi feito com esse recurso do BNDES. Hoje, se ele fosse corrigido pelo dólar, seriam mais ou menos 700 milhões que o povo brasileiro perdeu.

Por enquanto, não estamos querendo colocar a culpa em ninguém, apenas conhecer, até porque eu fui do ramo. Em 1988, eu comprei um frigorífico do Governo do PT, Deputado Zarattini, que hoje privatiza e não dá o nome. Quando o Waldir Pires era Governador da Bahia — o Deputado José Rocha conhece isso muito bem —, foram privatizados dois matadouros, o Frimasa e o de Jequié, de que eu não recordo o nome. Nós compramos o Frimasa, em 1988, no Governo Waldir Pires, viu, Deputado Zarattini? O PT...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ele era do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ah, ele era do PMDB? Olha, o Waldir Pires não é PT. O Waldir Pires não é PT, mas ele tomou uma posição acertada. Um frigorífico que perdia dinheiro passou a ganhar em impostos e a ter empregos seguros.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ele foi um grande Governador.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, eu conheço um pouco do ramo. O meu frigorífico, de que eu adquiri as ações, era uma S.A. do Governo do



Estado. Ele abatia 150 mil bois por ano — eram mais ou menos 12 mil, como você falou, neste instante, uma planta de 12 mil. Então, eu conheço um pouco do ramo.

Então, essa operação... O senhor já deixou bem claro aqui que, 24 meses antes de ele pedir recuperação judicial, ele já estava com dificuldade. Claro, não adianta os Deputados do PT aqui quererem dizer que houve coerência dos diretores do BNDES. A empresa já estava em dificuldade. O senhor tinha pegado um empréstimo, em 2008, de 300 milhões de dólares, parece, lá em Nova York.

Uma empresa não quebra, não entra em recuperação em 3 meses, claro que não! Uma empresa, para pedir falência ou recuperação demora anos, deixa de pagar fornecedor, deixa de pagar impostos. Então, qualquer pessoa que for analisar observa isso, observa que a empresa não tem mais condições. Bradesco, Itaú, esse bancos privados poderiam, claro, apostar no frigorífico do senhor. Não deveria o BNDES porque é recurso do povo brasileiro. Então, o meu questionamento é só esse.

Porém, eu acho que, pela colocação do senhor, que, em determinado momento, disse que não foi um dos campeões, foi um perdedor, e o pai do senhor também, numa certa feita, numa entrevista, em 2011, falou que o BNDES tinha os seus preferidos, parece-me, e eu constato isso vendo outros colegas donos de frigoríficos — eu não tenho mais frigorífico, eu o vendi há 10 anos; ele está funcionando, mas eu o vendi, porque eu me senti prejudicado com essa política dos campeões —, e, parece, que foi a condição de vocês. Vocês chegaram, em 2008, quando você pediu aporte de capital, quando o BNDES fez essa operação, a essa situação?

Após 30 anos, o seu matadouro, mais ou menos, 31 anos, e o senhor disse que o crescimento foi rápido. Não, ele não foi rápido. O senhor tinha 31 anos de empresa. É, talvez, nos últimos anos...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Ele cresceu muito no último ano.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ele cresceu mais, talvez, nos últimos, mas era uma empresa já madura.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ela era uma empresa de que você tinha conhecimento, de que sabia tudo.



O senhor chegou a essa situação, em 2008, em função da política do BNDES de campeões e em função da concorrência predadora, talvez, de alguns concorrentes financiados pelo BNDES? Esta é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. quer que ele responda imediatamente ou V.Exa. vai formular...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está bom.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Quando se faz uma política de campeão nacional e o Governo arbitra sobre isso, o senhor, automaticamente, cria uma política de perdedores nacionais. Eu tenho uma relação, aqui, de 17 empresas frigoríficas que, no biênio 2008/2009, pediram recuperação judicial e mais 2 que não pediram mas foram incorporadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Está respondido. Eu não tenho dúvida disso. Ele escolheu um campeão, e tem que haver os perdedores. Campeão só há um.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Campeão é um.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, há vários perdedores, claro. É óbvio que isso aconteceu. A gente está descobrindo isto: que o campeão criou vários perdedores, e perde a sociedade, é claro.

O senhor diria que, nessa política do BNDES com esses frigoríficos, houve algum tráfico de influência com esse campeão? O senhor acha que houve tráfico de influência? Houve no seu caso ou houve nesse outro campeão?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - No nosso caso, não, até porque eu não conheço o Prof. Luciano Coutinho, nunca estive com ele. No caso das outras empresas, eu não posso falar, não é do meu conhecimento, não sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Apesar de o seu pai ter afirmado que havia outras preferências... Você concorda com o seu pai ou não?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu sempre concordo com o meu pai.
(Risos.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ah, você concorda?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sempre concordo com ele.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, realmente houve preferências? (*Pausa.*)

Está respondido. Então, o senhor acha também e concorda que houve preferências, é claro?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, se...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É natural...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - ... se o senhor for avaliar, já que estamos aqui numa avaliação de números, a respeito do volume de aporte feito a uma companhia — o senhor que foi empresário do setor e tem conhecimento —, sabe que um aporte vultoso feito na sua empresa lhe dá uma competitividade bem interessante. Eu acho que essa pergunta é do banco.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Então, no caso do Independência, não houve tráfico de influência.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Foi apenas uma operação malfeita, descuidada, que não teve zelo com dinheiro público?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim. O combinado era o aporte de capital no meio do ano. Se isso fosse feito, nós entraríamos na crise muito mais fortalecidos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Roberto, sem querer defender o BNDES, o senhor começou a tratar quando essa operação com o BNDES?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Em fevereiro de 2008.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Foi muito rápido. Nenhuma operação dessa monta seria tão rápida assim. Então, não teve prejuízo por ter sido... Acho até que foi muito rápida a operação. Estou acostumado a fazer operações e essas operações demoram mais de ano. Então, não teve prejuízo esse atraso que o senhor considera. Eu não considero atraso. Eu acho que foi feito no tempo adequado. O problema é que o frigorífico do senhor estava com dificuldade. E agora parece que não estamos constatando aqui, se é isso que eu estou entendendo, que a dificuldade foi exatamente pela política de campeões do BNDES. É isso mesmo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É uma afirmação.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não quero afirmar, porque quem fala aqui é o senhor. Eu estou perguntando só.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É, há uma... Volto a afirmar...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor tem uma relação de empresas que foram prejudicadas?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Estão aqui. Pediram recuperação judicial, em 2008 e 2009. Então, o senhor tem uma empresa saudável e um mercado em recuperação judicial.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor poderia ler a relação das empresas que foram prejudicadas, por favor?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem problema. Frigorífico Margem, Frigorífico Estrela, Arantes Alimentos, IFC Alimentos, Frigorífico Quatro Marcos, Frigorífico Redenção, Frigorífico Frialto, Frigorífico Mataboi, Frigorífico Mercosul, Frigorífico Frigol, Frigorífico Fibrasil, Frigorífico Mondelli. Essas empresas pediram recuperação judicial entre 2008 e 2009. O senhor tem mais o Bertin S.A e o Frigorífico Tatuibi e Rodopa, que não pediram recuperação judicial, mas foram incorporados.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k. Então, eu acho que fica claro para essa CPI que a política de campeões adotada pelo BNDES, adotada pelo Governo do PT, pelo Governo Lula, foi prejudicial ao Brasil e às empresas. Escolheram um campeão e também escolheram vários perdedores. Estou satisfeito.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe. Eu faria outra colocação de outra forma. Se não houvesse a política de campeões nacionais, como estaria o setor hoje?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Bem melhor, talvez. Ou teria acabado? Imagine o que está falando o meu amigo Davidson Magalhães, do PCdoB, que tem que ter a mão forte do Governo para a economia andar. Isso só acontece em Cuba, que está muito bem, e aconteceu na União Soviética no passado, Deputado Davidson Magalhães. Então, o Governo tem que dar educação, saúde e infraestrutura, e não pegar dinheiro e dar para empresário tocar o seu negócio. Eu discordo disso. Eu sou empresário — você sabe muito bem —, e não



vivo de Governo. Governo é para cuidar de educação e de saúde, e não para escolher campeões ou quem vai ganhar e quem vai perder.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Segurança também, segurança é importante.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Também, Delegado Edson Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Passo a palavra exatamente ao Deputado Davidson Magalhães, o próximo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Também cite a China, que também conta com participação do Estado e é a segunda economia do mundo, mas isso é outro debate. Agora, parece-me, Sr. Roberto, que o senhor está com dívida dolarizada, em 2008 e 2009. O que aconteceu em 2008 e 2009? A crise financeira internacional. O senhor estava com derivativos e com dívida dolarizada, que aqui é gasolina e fósforo na crise internacional. Então, se nós temos esses dois elementos, parece-me que a política de campeões, nem que fosse uma política de supercampeões, ou de recuperação, poderia resolver esse problema, porque pelo que eu observei aqui, pela colocação de V.Sa., está exatamente no processo de alavancagem da companhia a causa da crise que a companhia viveu. Eu gostaria, primeiro, que fosse esclarecido isso, porque não seria o financiamento do BNDES, ou, como o próprio Deputado que me antecedeu e defendeu o próprio BNDES, que eu achei importante isso, demonstrar que não houve, portanto, por parte do banco nenhum prejuízo no que diz respeito à análise de crédito. Então, se não houve isso...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu não falei isso, eu não falei isso, eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, a palavra está assegurada ao Deputado Davidson.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Se não houve isso, porque, segundo o Deputado que me antecedeu, está dentro do prazo, até rápido demais, então, se está dentro do prazo e rápido demais, não houve por parte do banco nenhuma ação que viesse a prejudicar a companhia, porque se ela quisesse



prejudicar a companhia, ela teria retardado o processo de liberação do recurso. Como está dentro dos padrões que foram utilizados até pelo Deputado, portanto, está resolvido esse problema, não existe uma intencionalidade do banco. Eu gostaria de fazer primeiro essa pergunta sobre a intencionalidade do banco.

Segundo, gostaria de identificar efetivamente se houve por parte da empresa de V.Sa., pelo que eu entendi, gostaria que houvesse a confirmação, esse processo de alavancagem, a caracterização. Foi a composição da alavancagem da companhia a responsável principal pela crise por que passou a companhia?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, a empresa... A questão da dívida da empresa eu falei, o senhor bem registrou. O questionamento que foi feito era se o banco sabia desse endividamento ou não, e, sim, eu respondi, sim, o banco sabia, e a dívida existia, essa alavancagem existia. Intencionalidade do banco, eu não vou avaliar se foi rápido ou não, porque eu também nunca tinha feito operações desse porte com o banco. O que foi o combinado foi postergado para novembro, o que foi combinado em julho foi postergado para novembro. Em novembro veio metade e foi postergada a outra metade para o final do primeiro trimestre de 2009. Então, aí eu falaria para V.Exa. que, sim, houve um atraso e, sim, a companhia já vinha alavancada também. Os derivativos eram muito usuais na época, vide a Sadia, que teve um problema muito grave com derivativos. Então, a gente queria proteger um pouco, não era de tudo o que fazia, mas parte da dívida, para proteger um pouco essa dívida.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Está bom. Então, eu acho que... Para mim, está esclarecido, porque até se quisessem acusar o banco de alguma coisa era que ele foi muito rápido na concessão a uma empresa muito alavancada.

Portanto, nesse sentido, eu quero que os Deputados, nós estamos tratando aqui de uma área, essa área de frigorífico no mundo... Eu acho que deviam fazer uma análise de como está o mercado dos Estados Unidos. Está tendo concentração ou não?

Esse processo, em certos mercados do mundo, para ter competitividade, está tendo um processo de concentração, que não diz respeito às políticas de financiamento, diz respeito à própria estrutura do mercado, como está ocorrendo no



mundo, hoje, a formação de grandes cartéis oligopolistas de competição internacional. Então, isso não está acontecendo só no Brasil. Isso está acontecendo nos Estados Unidos e está acontecendo em outras partes do mundo. Então, não é a política, essa tal política de campeões de que se fala muito que é a responsável. Ela gerou mais emprego ou menos emprego? O Brasil está mais competitivo no setor ou menos competitivo? Isto é outro debate que nós precisamos fazer, abrir um espaço para fazer um debate sobre a política, essa política adotada pelo Governo brasileiro, que eu acho uma política correta, porque é só pegar os grandes exemplos dos países exportadores do mundo, foi feita ou não foi feita uma política de estruturar grandes conglomerados competidores internacionalmente? Esta é a experiência internacional.

Portanto, Sr. Presidente, eu estou satisfeito com os questionamentos, com a resposta feita. Quero lembrar que, em 2008 e 2009, houve a crise financeira internacional e que muitos bancos inclusive perderam; aliás, banco também é uma... Nós estamos aqui acostumados, porque se fala muito da intervenção do Estado, mas muitos empresários querem o capital sem risco. Então, arriscar faz parte da estrutura da competição da economia capitalista, que implica em banco perder também e implica em empresas também entrarem em concordata, falência, recuperação judicial. Isso ocorre com normalidade no sistema econômico. Portanto, eu estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Jogar com o dinheiro dos outros é fácil, jogar com o dinheiro dos outros é fácil.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não, V.Exa. disse que está sem crédito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - V.Exa. está sem crédito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de externar a minha satisfação porque o depoimento feito hoje confirma a auditoria do contrato feita pelo Tribunal de Contas da União, que diz, no seu item 195, a primeira questão da auditoria: *“Há evidência de que os contratos*



de financiamento celebrados entre o BNDES e as empresas frigoríficas não obedeceram às condições existentes nos normativos internos do BNDES?” A resposta é: “Não foram constatadas evidências de irregularidades.”

Em seguida a segunda questão da auditoria: *“Há evidência de causas subjetivas de possíveis favorecimentos nas operações de financiamento do BNDES para empresas frigoríficas?”* E também a resposta é: *“Não foram detectadas evidências de favorecimento.”*

Então, acho que o depoimento que o senhor nos trouxe hoje aqui confirma essa duas conclusões do Tribunal de Contas da União.

Eu gostaria de colocar aqui também uma pergunta: *“Que em janeiro de 2009, após o primeiro aporte de 250 milhões do BNDES, o Citibank e o Santander emprestaram 144 milhões para recompra dos bônus da empresa.”*

O senhor poderia nos falar um pouco sobre como foi esse processo, e quem avaliou para esses dois bancos as condições da empresa, e qual foi a avaliação que foi feita para esses dois bancos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A gente tinha essas linhas, o dinheiro estava disponível Nova York. Esse procedimento foi bem na véspera do pedido da recuperação judicial, ele não chegou a ser concretizado. Nós já tínhamos essas linhas. Isso aí é aquilo que eu falei: são processos de recompra de bônus para baratear custo de dívida, é uma coisa corriqueira. O banco... O *bond* não tem garantia. Ele é um título de dívida emitido no mercado internacional sem garantia. O banco apenas é o agente distribuidor desses títulos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas é feita alguma avaliação?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida, ele vem fazendo acompanhamento de balanço, olhando os resultados trimestrais da companhia, olhando tudo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Esses dois bancos tinham uma avaliação positiva, senão...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, acho que a avaliação mais positiva que ele tinha era a participação do BNDES.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - A própria participação...



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A própria participação do BNDES na companhia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. E eu queria fazer uma segunda pergunta ao senhor: Eu não entendi. Numa primeira resposta, o senhor, pelo menos eu entendi isso, que o recurso do BNDES está garantido hoje pela compra que a JBS fez da empresa. O senhor disse que o BNDES não perdeu dinheiro.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É uma análise empresarial, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Certo. E depois, na resposta que foi dada ao nosso colega aqui, o senhor disse que é zero hoje...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ... o valor da... Então, esclareça melhor para nós essa situação porque eu estou confuso aqui.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Perfeitamente, desculpe a confusão. Na análise do Independência em si, as ações valem muito pouco. Em compensação, a JBS ficou com as plantas do Independência, isso gerou um ganho muito grande na JBS. O ganho de ações... de valorização das ações da JBS foi muito maior lá do que a perda em si aqui. Se o senhor analisar os dois casos distintos, o BNDES perdeu dinheiro no Independência e ganhou muito dinheiro com a JBS.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Agora, hoje o BNDES ainda tem a receber da sua empresa?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não é... desculpe. Ele não tem a receber nada, ele é sócio. Não foi empréstimo, foi aporte de capital para a sociedade. Então, não há...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então esse recurso hoje faz parte do patrimônio da JBS?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Exatamente. Ele foi indiretamente transferido.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Zarattini.



Sobre a mesa requerimento assinado pelo Líder Carlos Sampaio designando... Na verdade, é um requerimento do Deputado Bruno Araújo, Líder da Minoria, designando o eminente Deputado Miguel Haddad para que utilize o tempo da Liderança.

Concedo a palavra ao Deputado Miguel pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu estou retornando aqui para fazer algumas considerações, Sr. Roberto.

O BNDES perdeu com a operação com o Frigorífico Independência. É uma afirmação, gostaria só de perguntar se senhor concorda ou não.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, é verdade.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - É verdade, se ele teve ganhos através das ações da sua participação junto à JBS, é outro contexto. Mas, na operação em si junto ao Frigorífico Independência, houve uma perda.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, é verdade.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Este é o primeiro ponto. Então, a operação não foi exitosa. Foi uma operação em que o banco entrou com uma participação.

As razões pelas quais o Frigorífico Independência teve essas perdas se devem à participação do BNDES no mercado de frigoríficos? O senhor entende que essa participação trouxe um desequilíbrio efetivo e transformou algumas empresas em campeãs e outras em perdedoras? Quais as razões que levaram a esse quadro final do Frigorífico Independência?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Perfeito. As indústrias frigoríficas de 2006 até o final de 2008 tiveram um grande *boom* de concentração e de crescimento, de consolidação no mercado. Todas essas companhias que foram crescendo foram fazendo com capital de terceiro, com empréstimos. À medida que o senhor tem uma companhia que faz com capital próprio de aporte e não de dívida, o senhor tem um desbalanceamento natural. O juro que se paga de um lado e o juro que não se paga de outro, numa margem pequena, que é a de frigorífico, faz muita diferença.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Então, o fato de o BNDES ter feito aportes, participação, fez com que o mercado tivesse um desequilíbrio?



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O que levou algumas empresas a ter ganhos reais?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Essa escolha faz com que você privilegie efetivamente algumas empresas em detrimento de outras?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida. Ele precipita uma consolidação.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O senhor afirmou até, inicialmente, quando da minha indagação, que não caberia ao BNDES estar envolvido nesse mercado especificamente.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isto é uma opinião pessoal minha.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sim, claro. É sua opinião mesmo que nós gostaríamos de ouvir. O senhor entende que isso não caberia ao BNDES, até porque está no mercado há mais de 30 anos, conhece o mercado melhor do que qualquer um de nós? E, na sua opinião, o BNDES não deveria estar envolvido nessa área especificamente? O seu envolvimento trouxe esse tipo de consequência: ganhos para uns e perdas para outros? O senhor acha que se está formando um cartel através das empresas campeãs? Isso de fato traz um grande desequilíbrio?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu acho que... Eu não acredito em cartel. Cartel eu acho que não... Não acredito. Não existe. Existe um desequilíbrio econômico, mesmo, de empresas que trabalham com dívida e empresas que não trabalham com dívida. É simples.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Empresas que têm aporte...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É. Não trabalham com dívida por algum motivo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - ... que têm uma taxa subsidiada, e outras que, na verdade, ficam numa competição totalmente desigual.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Exatamente. O Bertin tinha também bastante participação do BNDES em dívidas. Quando o BNDES começou a entrar no setor, foi uma tendência dos empresários procurar, para ficarem competitivos, porque sabiam que ia desbalancear.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - No momento em que o BNDES entra num determinado nicho, isto é a visão de que haverá alguns campeões, e outros vão perder, vão encerrar as suas atividades.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso foi o que ocorreu.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Isto é um fato.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é um fato.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas o senhor espoca essa leitura? Tem essa compreensão também de que todas as vezes em que o BNDES se envolve num nicho, com certeza, aqueles que são priorizados, que têm preferência, segundo disse o Deputado João Gualberto... Inclusive, o seu pai, numa das entrevistas, afirma exatamente isto: que há, de certa forma, os escolhidos. Então, quando você tem esses escolhidos, essa não é a melhor política econômica.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida. Nesse setor, sem dúvida, não é um setor equilibrado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - A empresa de V.Sa. tinha quantos funcionários?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Quando pediu a recuperação judicial, 12 mil funcionários. Hoje, 5.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quantos empregos formais o senhor acredita foram construídos, foram conquistados pela JBS, que foi a empresa que...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Que incorporou.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - ... que incorporou, pela Jaysons...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - ... pela Jaysons.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - ... os ativos. Exatamente.

Quantos empregos o senhor acredita que foram criados? Esse mesmo o número?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, não. Sem dúvida não. É um setor muito intensivo de mão de obra. Grande parte dessa mão de obra, obviamente, tem que estar lá, mas nas consolidações — e a consolidação existe economicamente e exatamente para isso, para 1 mais 1 dar 1,5, e não 2 — então, tem que ser feita uma economia aí, a consolidação, o objetivo dela é esse.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Essa consolidação, de certa forma, diminuiu o número de empregos no mercado?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - No de frigoríficos, creio que sim.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Quem foi beneficiado no seu ramo, nos frigoríficos? Quem foi o grande beneficiado, de forma objetiva?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É a maior companhia, é a JBS, a maior companhia do mundo.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Claro. Está ótimo. Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, para falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço o Deputado Miguel Haddad.

Há sobre a mesa ofício assinado pelo Líder do PT, designando o eminente Deputado Carlos Zarattini para usar o tempo do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu quero aproveitar, já que o Deputado Haddad colocou várias perguntas no seu tempo de Líder, e acho que não há objeção de que possamos também fazê-lo.

Eu senti, assim, que, nas respostas do Dr. Roberto anteriores, ele havia dito que ele procurou o banco para obter financiamento e que ele teve um relacionamento absolutamente técnico e profissional com o banco. Isso me parece que não existe dúvida ou, pelo menos, ninguém aqui colocou nenhum fato diferente disso.

O Frigorífico JBS, que acabou incorporando o Independência... Será que ele teve, na sua opinião, será que ele foi procurado pelo banco para desenvolver essa política para crescer ou ele também procurou banco no sentido de obter recursos para fazer a sua expansão? O que o senhor acha disso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não sei. Eu não sei. Acho que é uma pergunta que tem que ser feita à JBS.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O senhor, o senhor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O.k. Vamos convidar. O senhor...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Está bom. Eu estou com o meu tempo aqui calma, calma!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu fiz essa pergunta exatamente porque me parece claro e cristalino que existe uma disputa de mercado, existe um financiamento do banco à disposição, um financiamento não, uma participação do banco nas empresas com o objetivo de garantir o aumento da produção e, conseqüentemente, o aumento das exportações.

O resultado efetivo dessa política, ainda que o senhor se considere, evidentemente, com muita razão, um perdedor nesse processo, foi que o País passou a exportar mais carne, melhorou a sua qualidade — a sua companhia também teve participação nisso, por que foi uma das primeiras a obter certificados de qualidade — e, conseqüentemente, nós tivemos mais riqueza nessa situação.

Parece-me que o banco teve um papel positivo em termos do conjunto da avaliação macro desse processo. O Brasil hoje tem uma participação mais efetiva no mercado internacional de carnes. O senhor concorda com isso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não tenho esses números, mas é muito fácil de checar no Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura pode pegar a performance de exportação de carne do País e fazer essa avaliação. O meu ponto é que... As fábricas são as mesmas, o que trocou foram os donos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sim, mas houve um aumento da produção. Os dados foram apresentados aqui pelo BNDES e ninguém contestou esses dados... Então, é importante que quem tenha divergências sobre esses dados apresente outros porque os dados aqui apresentados pelo BNDES foi o aumento da produção, o aumento da exportação, e, conseqüentemente, uma entrada de divisas no País de maior monta.

A variação cambial possa talvez distorcer um pouco isso, mas, evidentemente, deve ter melhorado ainda mais com o aumento do dólar nesses últimos meses.

Eu acredito que o resultado dessa política, do ponto de vista macro, tem sido benéfico para o País, ainda que tenha ocorrido a absorção de empresas por outras.



E, no caso específico, como falou o Deputado Wadson Ribeiro, parece-me que houve um acidente de percurso no processo da sua empresa, em função de ela estar comprometida com dívidas em dólar e derivativos. Parece-me que a causa dessa situação pela qual passou o Frigorífico Independência está mais ligada a essas questões específicas do que propriamente a uma política nacional, do que a essa política do BNDES.

O senhor até reclama que houve uma demora na liberação de recursos, mas me parece que isso, como colocou o próprio Deputado João Gualberto, não é uma questão em que houve a intenção de quebrar o Independência. Parece-me que não foi isso, nem o senhor apontou isso em nenhum momento. O senhor está de acordo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não posso fazer esta afirmação, se houve intenção ou não. A verdade é que o que foi combinado... Repito, eu nunca tinha feito nenhuma operação desse porte com BNDES. O que foi combinado foi postergado, numa época que mais se precisou de linhas de crédito na história do mundo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - No momento também em que muitas empresas correram para o BNDES...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ...numa situação de crise, e que as empresas buscavam recursos, como a sua também buscou e outras buscaram.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - E outras tiveram.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E evidentemente talvez o BNDES não tenha tido, naquele momento, as condições de disponibilizar todos esses recursos.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pode ser.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Sr. Roberto, parece-me que há um ciclo nas empresas desse segmento. Elas nascem, crescem e morrem. O senhor acha que a interferência do poder público contribui para que isso aconteça?



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu repito, é um setor muito demandador de capital, um setor muito equilibrado e muito competitivo. A partir do momento em que o Governo participa disso, há um desequilíbrio na competição. É muito difícil o senhor manter qualquer tipo de negócio e concorrer com o Governo, ainda mais num setor de frigoríficos. Sem dúvida, há um desequilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Por que ainda mais no setor de frigorífico? A margem é muito pequena?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim. A margem é muito estreita e há uma demanda de capital muito grande. A necessidade de capital de giro é muito grande. Qualquer crescimento, há muita demanda de capital. É um capital de giro muito intenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, estamos aqui diante de um depoimento que parece que nos revela questões muito importantes, que o banco fez questão, a partir de seus diretores, de encobrir ou tentar negar à opinião pública que isso pudesse estar acontecendo.

O fato é que a política de campeão nacional do BNDES é um fracasso; causa prejuízo à sociedade, porque hoje a sociedade vai ter que arcar, em 2016, com 38 bilhões de reais; causa prejuízo a empresários que têm 30, 20 anos num setor competitivo; e a ação do Governo desequilibra essa competitividade. E nós estamos aqui diante de uma tentativa da base do Governo de deixar transparecer que tudo é normal.

Ora, o banco empresta recursos, subsidiado por alguns grupos, dificulta a vida dos demais, e isso é normal, faz parte? Ora, obviamente não deve ser assim.

Nós estamos aqui inclusive diante de uma afirmação que merece nossa parte uma preocupação muito maior, Sr. Presidente. O Dr. Roberto fala aqui que o banco de fomento não deve participar de maneira acionária de um empreendimento como o dele, como afirmou. Se essa afirmativa é verdadeira, nós, primeiro, precisamos aprofundá-la, porque é grave e porque ele aqui acaba dizer. E, segundo, ao constatar que essa participação foi um erro estratégico que casou prejuízos, nós precisamos responsabilizar os diretores que tomaram essa decisão. Isso é algo que



merece de nossa parte, Sr. Presidente, preocupação, para que a gente se aprofunde, porque estamos aqui diante de um representante de um grupo que leu que 17 outros grupos empresariais estão na mesma dificuldade.

Sr. Presidente, nós podemos aqui fazer um rápido desenho. O banco viabiliza recursos subsidiados para uma campeã nacional do setor, essa campeã nacional se capitaliza, consegue fazer a sua ação empresarial de exportação, de negócio dentro do Brasil, com muito mais facilidade que as demais, gera prejuízo, e depois essa campeã nacional, que se consolida, sai comprando as outras. Evidentemente, há alguma coisa errada nessa questão. Por isso, nós precisamos aprofundar esse tema, para que possamos ter aqui respostas muito claras.

Eu queria aproveitar para fazer alguns questionamentos ao Dr. Roberto. Nós tivemos aqui o depoimento do Sr. Júlio César Ramundo. Ele foi implícito, mas a constatação que nós podemos fazer é que a afirmação que ele faz, em nome do BNDES, é a de que o Frigorífico Independência escondeu informações de mercado, deixou de enviar informações e justificou por que fez alterações retroativas nas suas demonstrações econômicas e financeiras. Em outras palavras, ele afirma que o Independência enganou o banco com outras informações. Eu gostaria de saber de V.Sa. se isso verdadeiro, se V.Sa. concorda com essa afirmação, para que tenhamos clareza sob esse aspecto.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não concordo. Isto não é verdadeiro. E, repito, nós tivemos uma, duas, três, quatro, cinco auditorias nesse processo da companhia, e mais um processo na Câmara Arbitral da BOVESPA, em que não foram acolhidas as demandas do banco. Não é verdade isso.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu gostaria de saber também se esse laudo de avaliação de 3 bilhões da empresa é só do BNDES ou se J.P. Morgan e outros bancos estrangeiros também fizeram essa mesma avaliação, nessa mesma monta.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Como a gente estava fazendo... O J.P. Morgan e esses bancos não fazem avaliações da companhia. Como a gente estava fazendo a operação com o banco de participação acionária, nós fizemos só essa avaliação com o banco. Aliás, quem fez foi o banco, que da nossa parte valia mais.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Segundo se sabe, o BNDES investiu no Frigorífico Independência com o objetivo de apoiar seu fortalecimento e internacionalização. O apoio se enquadrou, portanto, na política de campeões nacionais, desenvolvida pela mencionada instituição financeira, a exemplo do Grupo EBX. Para o Independência, essa política foi bem-sucedida?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Na sua avaliação, quais foram os principais motivos para o debacle do Frigorífico Independência?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O crescimento muito rápido e esta confusa participação do BNDES na companhia.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Para o fracasso do Frigorífico, contribuiu apenas a crise mundial 2008 ou, em alguma medida, a própria política de intervenção do BNDES no setor de carnes prejudicou o Frigorífico Independência?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu repito, ela prejudica, quando o senhor desbalanceia. Se a participação dada é proporcional, O.k., mas, quando desbalanceia essa participação, fica difícil.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Na sua opinião, algumas empresas do setor de carnes foram beneficiadas em detrimento de outras?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu estou satisfeito com os questionamentos que fiz e com as respostas. Acho que o Dr. Roberto nos ajuda a dar um novo filão de investigação nesta CPI e elucida algumas questões que podem gerar confusão junto aos colegas Parlamentares.

Fica muito claro que há uma intenção deliberada de o Governo privilegiar um determinado agente econômico, fica muito claro que essa participação foi prejudicial e fica muito claro que o banco age sem transparência nas suas informações.

É fundamental, repito, novamente convocar o Presidente do Banco, Sr. Luciano Coutinho, para que, com esses elementos, possamos aprofundar a nossa investigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho Gomes.



Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, nosso Relator, Deputado José Rocha, quero cumprimentar o Sr. Roberto Russo.

Eu gostaria, Sr. Roberto, de fazer a primeira pergunta. Em 24 de março de 2009, o *site* Diário MS publicou extensa reportagem falando do fechamento da unidade do Frigorífico Independência, em Anastácio, deixando aproximadamente 900 pessoas desempregadas. Até o início do ano de 2009, a unidade de Anastácio era responsável pelo abate diário de mil cabeças de gado. No entanto, os abates foram suspensos nas três unidades do Independência, no Mato Grosso do Sul: Anastácio, Campo Grande e Nova Andradina.

Mais à frente, a reportagem diz que a empresa paralisou as atividades, sob a alegação de problemas no fluxo de caixa, que provocaram atraso no pagamento de fornecedores. Sabe-se que, nessa época, o grupo Independência — como o senhor já afirmou aí — estava negociando a segunda parcela do empréstimo que a empresa pleiteava junto ao BNDES. O Governador André Puccinelli, então, tentou até ajudar nessa liberação.

Eu queria refazer a pergunta ao senhor. Houve dificuldades, por parte do BNDES, para liberar os recursos para o grupo? Se houve, eu gostaria que o senhor falasse por que houve essas dificuldades na liberação do recurso.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Primeiro, nós paralisamos algumas fábricas, depois da recuperação judicial, pelo mesmo motivo que pedimos a recuperação judicial: por falta de caixa. Então, nós concentramos o abate em algumas plantas e paralisamos algumas. Realmente, a gente estava aguardando o segundo aporte. Ele não existiu. Eu não sei falar por que não existiu. O banco, quando pediu a recuperação judicial, cancelou o segundo aporte e executou o contrato, passando a 21% de participação no banco, na empresa, só com os 250 milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Vamos à segunda pergunta, Sr. Roberto. Quando o grupo Independência entrou em falência, em 2009, criando uma onda de crise no setor pecuário brasileiro, que, inclusive, atingiu vários setores da



economia, especialmente pecuaristas e empresas fornecedoras, levantaram-se inúmeros questionamentos sobre as ações que deram origem ao processo semifalimentar da empresa. Várias empresas do setor, tais como — o senhor já informou — Margem, Quatro Marcos, Arantes, já estavam em processo de recuperação judicial.

Os efeitos dessa crise provocaram a quebra de mais de 12 grandes frigoríficos. O setor financeiro, com o apoio dos Governos FHC e Lula, criou uma rede de proteção que impedia a quebra bancária. O mesmo não ocorreu com o setor empresarial.

Por que esse descaso do Governo em socorrer um setor que é reconhecido pela sua importância? Em sua opinião, isso foi proposital para depois concentrar o setor nas mãos dos escolhidos da política dos campeões com empréstimos generosos do BNDES?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é uma política nacional, não é uma política do banco. Eu realmente não tenho... eu não tenho... Isto foi o que aconteceu. Não sei se foi uma política ou não. E, de fato, foi o que aconteceu. Hoje estamos diante dessa situação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - O senhor, então, não tem nenhuma análise de ordem pessoal em relação a este questionamento?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu... É...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Não?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Houve uma... Houve uma concentração do setor com um aporte do banco, do BNDES. Isso aí ocorreu, né? Eu, eu prefiro me ater ao que aconteceu. Aconteceu isso. Foi isso que aconteceu. Nós estamos diante deste fato hoje: muitas empresas frigoríficas simplesmente foram eliminadas do mercado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - A JBS, que é a maior processadora de proteína animal do mundo, informou, no dia 31 de janeiro 2013, que tinha concluído a compra dos ativos do Frigorífico Independência, ratificando decisão da maioria dos criadores, que aprovou a operação, em novembro de 2012.

A empresa, em comunicado, informou que, nesta data, foi concretizada a aquisição de determinados ativos pertencentes e de titularidade da BNY Mellon



Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário de credores detentores de notas, que são os bondes, emitidos pela Independência internacional.

Eu gostaria de saber do senhor como se deu, de fato, essa negociação com a JBS, se houve alguma interferência do Governo e se houve alguma facilidade para o financiamento por parte do BNDES à JBS.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A negociação da nossa parte veio do JBS, com interesse em comprar os créditos da companhia. Não é de meu conhecimento que teve nenhuma intervenção de governo. Desconheço. Com relação ao JBS, eu desconheço. Mas com a gente foi direto a negociação

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Mas o senhor acha que houve facilidade no financiamento por parte do BNDES para a JBS?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu acho que pelos valores que compraram os créditos, não sei se a JBS precisaria de financiamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sérgio Vidigal.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Bilac Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente Marcos Rotta, Vice-Presidente Miguel Haddad, meu colega de partido, Deputado José Rocha, Sr. Roberto Graziano Russo, ex-Presidente do Grupo Independência, eu vou fazer aqui algumas colocações, e gostaria muito de sentir seu *feeling*, até por ser um dos últimos a perguntá-lo, pode ser que parte das colocações já tenham sido feitas. Mas é muito importante.

Estou aqui observando seu depoimento, observei com muita atenção a criação da empresa de vocês, uma empresa eminentemente familiar, que se iniciou em 1977. Vocês foram crescendo, espalharam-se pelo País como um todo, transformaram-se num grande grupo empresarial dentro do nosso País, com muito orgulho para todos nós brasileiros. Num determinado momento, foram buscar apoio no Banco de Desenvolvimento, o BNDES, com o qual fizeram um acordo para que ele pudesse ficar com 3,9% das ações da sua empresa, por um empréstimo de 450



milhões de reais, sendo que apenas uma parte desse empréstimo foi liberada para vocês, justamente no momento em que o Brasil e o mundo passava por uma crise muito grande.

Diante dessa colocação — e o senhor tendo conhecimento do que ocorria no setor de frigoríficos —, com essa política de campeões aí que o próprio banco adotou no nosso País, você não acha que isso, de certa maneira, fazendo uma visão muito clara hoje, praticamente seis, 7anos depois do ocorrido, com o desfecho que nós temos hoje, que foi a aquisição dos ativos da sua empresa pelo do grupo JBS, que, num determinado momento, houve a indução para que, não sou o Independência, diversos outros frigoríficos, de certa forma, tivessem passando por dificuldades, justamente quando procuraram o banco que poderia apoiá-los, e uma dessas empresas somente teve um excesso de facilidade e, com isso, foi se consolidando no mercado.

Qual é a impressão do senhor com relação a isso, depois de quase 7 anos que iniciou a sua operação junto com o BNDES? A segunda pergunta que eu faria ao senhor é a seguinte: desses 17 frigoríficos que hoje estão em dificuldades, quantos deles foram vendidos, fechados ou absorvidos por empresas maiores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Bilac Pinto.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Só queria fazer um acréscimo na minha nomenclatura. Eu não sou ex-presidente do grupo, eu sou o presidente do ex-grupo. A participação na época da crise... Volto a falar, os frigoríficos sempre demandaram muito capital. Numa época de consolidação e na época da crise é o momento de mais fraqueza ou mais fragilidade financeira que essas companhias todas passaram. Fazer qualquer atuação naquele momento, se há intenção de intervir nesse setor, aquele momento, por questões que não foram brasileiros ou quem criou, não sei quem criou, mas o mundo criou esse problema, aquele seria o momento. Se tivesse um momento para intervir num setor para consolidá-lo de uma forma, seria aquele momento. Esta era a visão de muitos dos líderes do setor de frigoríficos, tanto que cada um corria para se defender como podia. Alguns não podiam. A relação quanto aos frigoríficos eu sei de alguns e alguns eu não sei o que



aconteceu com eles. Por exemplo, o Frigorífico Margem está com o Marfrig; o Frigorífico Estrela acho que está trabalhando; o Arantes está parado; o IFC está parado; Quatro Marcos está no JBS; Redenção penso que está no JBS; Frialto está trabalhando; o Frigorífico Mataboi foi comprado pela JR, que acho que é irmão do pessoal do JBS; o Mercosul está parado; o Frigol está trabalhando; o Fibrasil e Mondelli não sei falar; Bertin e Tatuibi Rodopa, que não pediram recuperação, foram incorporados pelo JBS.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, acho que isso, com muita clareza, com o depoimento do Sr. Roberto, podemos caracterizar que a indução do BNDES com essa política de valorizar grandes empresas nacionais, através de uma empresa só, podemos observar que ela foi incorporando os menores que procuraram o banco justamente no momento de dificuldade — e é correto fazer isso —, e o banco, por razões que ainda desconhecemos, e poderá ter diversas, não aportou o capital que eles precisavam na hora mais delicada da vida financeira da empresa. E o desfecho é esse que todos nós estamos vendo aqui.

Eu acho que estamos formando aqui uma opinião muito clara do que vem acontecendo com o BNDES e com algumas empresas específicas que foram aí colocadas para serem as grandes campeãs.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pelo tempo de Líder, por favor. Prometo não usá-lo todo. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há um requerimento de autoria do Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB, indicando o Deputado João Gualberto, para que exerça o tempo da Liderança do partido.

Concedo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Acho que ficou muito claro para todos os Deputados aqui...

O SR. DEPUTADO BEBETO - Por quê? Disse que era do PSDB. A concessão teria sido do Deputado Carlos Sampaio indicando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Ele falou pela Liderança da Minoria. O Deputado Miguel Haddad utilizou o tempo pela Liderança da Minoria e o Deputado João Gualberto vai usar o tempo do PSDB.



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Acho que ficou muito claro para todos nós Deputados da CPI a importância de convidar os empresários. Nós estamos aqui para investigar prováveis irregularidades cometidas pelo BNDES, e foi muito esclarecedor.

Eu pediria aos membros do PT e do PMDB que foram contra a convocação das pessoas... Sr. Roberto, os diretores do JBS foram contra, achavam que não tinham nada para esclarecer aqui. Alguém está investigando. E vejam que foi o maior beneficiado desse setor. Mas o PT acha que não tem nada para esclarecer aqui. Isso é importante que a população brasileira saiba. Acho que foi muito esclarecedor. Acho que as pessoas têm que entender — eu não afirmo — que o BNDES não deva emprestar dinheiro, não deva ter participação acionária em algumas empresas. Pode até ter, desde que seja horizontal, desde que seja em todas. O Frigorífico Independência, em 2007, dos cinco que eram os maiores exportadores de carne, fazia parte desse grupo de cinco, que representava, se não me engano, 50%...

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Quatro.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Representava 50%.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Marfrig, Bertin, Independência e Friboi.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Representava 50%, era uma empresa consolidada e que o desbalanceamento nos empréstimos, nas participações, terminou desbalanceando o mercado. E vejam, pelo depoimento, vários desses Municípios foram incorporados ao JBS. Isso é interessante para a sociedade? Isso é importante para os pecuaristas que vendem o boi? Com certeza, não. É muito melhor se houvesse essa distribuição, como foi no passado até essa política adotada pelo BNDES, que eu acho muito equivocada.

Acho que o Governo, que tenta controlar os monopólios, criou um monopólio. Quer dizer, o Governo está para isso. A mão do Governo é para não deixar que se criem monopólios, porque o monopólio é danoso à sociedade. Isso não é bom. E ele fez exatamente o contrário, beneficiou determinados grupos, determinados campeões, como eles chamaram, em detrimento dos outros e da sociedade. Era só isso que eu queria colocar.



E quero fazer um apelo para o PT, que foi contra a convocação dos diretores do Friboi, a fim de que consigamos, já que eles são maioria aqui, ouvir as outras pessoas, porque foi muito esclarecedor. Ninguém aqui é contra ninguém, queremos investigar prováveis desvios de conduta ou irregularidades no BNDES, apenas isso. É o dinheiro público que está em jogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Bebeto, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o Dr. Roberto.

Sr. Presidente, nós tivemos aqui presenças dos diversos diretores do BNDES, tivemos inclusive o próprio Presidente, para apresentar, obviamente, a política do banco, os mecanismos de governança e um conjunto de instrumentos que o banco detém para avaliar investimentos, aportes e os riscos em cada um desses setores de atividade.

É obvio que, naquela fala, recordo-me perfeitamente, tanto Sr. Ramundo, durante esta semana, quanto o Presidente Luciano Coutinho, ao apresentarem um cenário da crise global que nós vivenciamos em 2008, aqui já retratada pelo Deputado Davidson Magalhães, indicaram duas questões que vieram novamente à tona nesta audiência.

A primeira questão — é verdade —: nós vimos o cenário de crise internacional, com o país central do capitalismo, os Estados Unidos, em profunda crise, que obviamente impactou o mundo, chegando a uma restrição global de crédito. É nessa trajetória que o Sr. Presidente do BNDES, assim como o Sr. Ramundo disseram aqui, em alto e bom som, que, nessa restrição global de crédito, o BNDES, como parte Deputado de um esforço de uma diretriz adotada como política econômica do Governo, insere-se no contexto de aqui estabelecer linhas de crédito, estabelecer a PDP, com vista a garantir que as empresas brasileiras pudessem ter, no BNDES, naquele momento restrição, a possibilidade de buscar empréstimos, financiamentos, aportes. E isso hoje nós aqui verificamos.

É obvio que, se, na crise do Independência, em função de uma dívida dolarizada, dos derivativos ou mesmo daquela crise que nós vivenciamos, uma alavancagem para viabilizar o seu negócio ocorreu e se, naquela circunstância, a



política do banco era uma política horizontal, para fortalecimento das empresas, ao se analisar nesse setor a condição em que se encontravam os frigoríficos, entre eles o Independência, o justo seria, em socorro dessa atividade empresarial, como se fez para tantas outras, ter-se uma celeridade para adotar os mecanismos de aporte, visando a sua própria viabilização. O risco já analisado, com os valores indicados, com todas as condições, inclusive avaliação de 3,2 bilhões — V.Sa. aqui disse —, garantiria, sem sombra de dúvidas, que se evitasse um lapso temporal. Se a dificuldade era grande e a política era exatamente de intervir para socorrer, não poderíamos ter uma postergação tão grande como tivemos para se realizar o aporte, porque isso significaria, ainda que alguns não queiram reconhecer, a morte por inanição de uma empresa, de um negócio que deveria ser salvo exatamente pela interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento. Aí, parece-me haver uma contradição da política geral, com a prática efetiva adotada pelo banco, no que concerne exatamente àquilo que aqui nos foi dito pelos seus diretores.

Portanto, Sr. Presidente, queria preliminarmente, fazer esta observação, como parte dessas preocupações que nós aqui estamos trazendo.

Se assim o é, neste socorro — e, aí, isso me causa uma estranheza —, os diretores aqui disseram também que, como um instrumento, excepcionalmente, o banco, que não tinha e não adotava esse mecanismo, constituiu um programa chamado PEC, como capital de giro puro para essas empresas.

Percebam, enquanto a empresa que teve o seu aporte da ordem de 400 milhões aprovado e compartimentado em duas parcelas — seria uma e foram duas — recebeu a primeira parcela com quase 6 meses de atraso, o que levou, portanto, a um aprofundamento das dificuldades deste empreendimento. Enquanto isso, em 2010, o JBS buscou, através deste programa, o PEC, o capital de giro puro de 200 milhões. E o banco, para capital de giro de uma empresa gigante, já em 2012, foi célere no financiamento. Há que se considerar, embora muitos não afirmem — e eu não acredito nessa ideia de neutralidade axiológica numa definição de uma condição dessa —, que há uma preferência clara entre o que se posterga para portar e a celeridade no financiamento para um capital de giro. Está clara essa definição, está clara essa opção. Se nós temos quatro grandes. Está clara esta opção. Portanto, Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos aqui deixar de reconhecer estes aspectos, já aqui tratados pelas Sras. e Srs. Deputados.

Para encerrar, Presidente, aqui também o Sr. Ramundo, na última reunião, ao tecer comentário a respeito dessa realidade, trouxe-nos uma observação. Ele disse: “*Olha, aqueles que buscam um aporte, capital de giro ou financiamento, o banco, ele tem uma aprovação semiautomática*”. Ora, se a aprovação é semiautomática, então ele teve uma atitude analógica em relação ao próprio Independência. Se é semiautomática, financiamento, aportes, capital de giro para esses setores, não entendo exatamente porque postergou tanto para o aporte que deveria ser feito ao Independência.

Mas eu perguntaria, também compulsando as informações, e é o que nós temos debatido — parece-me ser algo que as Sras. e Srs. Deputados têm trazido à tona que há certo tipo de vinculação entre os empréstimos realizados, entre os aportes realizados —, a mesma JBS que buscou um capital de giro, em 2010, da ordem de 200 milhões, obteve, a generosidade daquele que queria um capital de giro no financiamento de campanha foi tanta, que, naquele mesmo ano, uma empresa que busca um capital de giro de 200 milhões concede 65 milhões de financiamento de campanha. Em 2014, concede mais de 300 milhões de campanha. O que nos parece é que está vinculado algo relacionado ao aporte da JBS também com esses instrumentos de financiamento. Como nós verificamos? E aí eu pergunto: como verifica?

E aqui pelos dados, inclusive do TSE, em que não há nenhum tipo de manifestação do Independência, no financiamento de campanha, V.Sa. acredita que essa generosidade do banco, com esta empresa campeã, JBS, está também vinculado a essa generosidade de financiamento daqueles com os quais ele mantém esta relação tão ampla? Primeira pergunta. Encerro na segunda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço gentileza a V.Exa. de encerrar.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Na segunda, encerro.

V.Sa. acha que houve alguma intenção no atraso do segundo aporte de capital por parte do BNDESPAR? Esse atraso, na sua ótica, contribuiu com a crise do Independência? E por ela, aí é uma questão de subjetividade, mas eu lhe



pergunta em função dessa condição, pode ter sido favorável, diretamente ou indiretamente, esse atraso ao JBS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Bebeto.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano, para que possa responder as indagações do eminente Parlamentar.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - A primeira pergunta eu não posso responder: se há vínculo entre uma coisa e outra. Eu não posso responder. A segunda, eu realmente não sei o porquê da razão do atraso. O que nos foi informado é que foi por necessidade de deficiência... por problemas de caixa do banco. A terceira, consequência disso, ela realmente precipitou a dificuldade financeira da companhia.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, isso reforça a ideia da reapresentação que eu fiz do requerimento que iremos votar para trazer o Sr. Wesley, da JBS. Se nós queremos passar a limpo, dissecar dúvidas referentes à participação da JBS na concentração de atividades nesse setor, e matando importantes frigoríficos. Como na Bahia, por exemplo, que incorporou um, comprou e fechou, demitindo, só numa cidade, mais de 200 trabalhadores. Dissecar é termos a grandiosidade de prestar serviço ao Brasil, e salvaguardar inclusive o BNDES, se não tem nenhum tipo de tráfico de influência ou qualquer relação de financiamentos vinculados, trazer o JBS aqui, o Sr. Wesley. Nós reapresentamos fatos novos. Há suporte regimental. Eu espero que as Sras. e os Srs. Deputados possam definitivamente, já que todas as nossas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço que conclua, Deputado Bebeto, por gentileza.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Vou concluir, Sr. Presidente. A generosidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está há 4 minutos... Estou sendo muito mais generoso com V.Exa. do que fui com os outros Parlamentares.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Espero que nós possamos aprovar aqui o requerimento que solicita o comparecimento do Sr. Wesley.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Fábio Garcia.



O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, bom dia!

Sr. Roberto, Presidente do ex-Grupo Independência, de acordo com a correção que V.Sa. fez aqui, eu vou ser bem objetivo na pergunta, para poupar o tempo da Comissão e de todos.

Primeira pergunta: o senhor consegue identificar para nós aqui quais as diferenças entre as linhas de crédito oferecidas pelo BNDES à vossa empresa e ao Grupo JBS, em termos de taxa de juros, em termos de prazo para pagamento, em termos de garantia, em termos de carência e em termos de prazo para liberação da linha de crédito? Essa é a primeira pergunta.

Se o senhor conseguir nos demonstrar pelo menos alguma diferença, eu gostaria de perguntar: a que o senhor atribui a existência dessas diferenças?

Outra pergunta é: o senhor considera que esse atraso ocorrido no BNDES tenha sido a principal causa do insucesso da continuidade das operações do Frigorífico Independência?

Minha última pergunta: o senhor já tinha sido alguma vez procurado antes por qualquer outro grupo — JBS, Marfrig —, buscando uma possível aquisição de vossa empresa, antes do processo de dificuldade econômica pelo qual o senhor atravessou ou essa conversa, esse interesse da compra da sua empresa por esses grupos aconteceu somente após esse processo de dificuldade financeira?

Eu quero deixá-lo responder e retomar o meu tempo, dependendo da resposta, por favor, Sr. Presidente. Por isso eu fui objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. será atendido. O tempo restante é de 2 minutos e 48 segundos.

Passo a palavra ao Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Com relação aos empréstimos, eu só posso falar sobre o Independência. Eu realmente não tenho conhecimento sobre os empréstimos da JBS. O Independência só fez empréstimos de FINAME, repito, em que não há liberação direta do banco, é preciso de um agente financeiro. Esses recursos do FINAME são com juros tabelados. Então, não vejo diferença entre eles. E o segundo negócio que nós temos com o BNDES foi esse negócio do aporte de capital. O atraso, eu não diria que foi a principal causa, mas foi muito importante naquele momento. O atraso foi muito importante naquele momento de dificuldade,



de crise. E, com relação à venda, antes de pedir a recuperação judicial, nós procuramos a JBS, e eles falaram que não tinham interesse na companhia.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - O.k., Sr. Presidente.

O senhor buscou alguma outra alternativa de crédito ou o senhor buscou somente o FINAME? O senhor buscou também alternativas de capital de giro dentro do BNDES e lhe foi negado, ou lhe foi dificultado o acesso a outras linhas de crédito pelo BNDES? Só para eu entender.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não! Nós nunca buscamos linhas de crédito do BNDES. Nós sempre recorremos a bancos privados.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Fábio. Concedo a palavra...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Só uma questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. vai conceder a palavra ao Deputado Caio Narcio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou, porque o Deputado Caio Narcio esteve aqui no início da sessão, e eu acho que, por motivo de esquecimento, S.Exa. não fez a inscrição. Eu acho que nós devemos prestigiar, Deputado Zarattini, todos os membros.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não há problema nenhum em ouvir o Deputado Caio Narcio, que sempre contribuiu com esta Comissão. Eu só gostaria de saber como será o procedimento que V.Exa. vai adotar em relação às inscrições daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O procedimento é aquele que nós adotamos, desde o início, de sermos cada vez mais consensuais. Nós definimos, no início dos nossos trabalhos, que, uma vez começada a oitiva, nós não iríamos mais aceitar inscrição, mas vamos fazê-lo hoje, em deferência ao jovem talento da nossa querida política brasileira, mesmo porque ele esteve aqui de manhã, Deputado Zarattini, e se esqueceu de fazer sua inscrição.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas o senhor também fará em relação a velhos talentos também que por acaso...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Como V.Exa., por exemplo, que não é tão velho assim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E como outros tantos aqui. O.k. Então, haverá sempre condescendência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Haverá sempre, sempre.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço ao Deputado Zarattini, sempre preocupado com nossa participação aqui na CPI. Quero cumprimentar o Relator José Rocha, o Presidente Marcos Rotta.

Sr. Roberto Graziano, eu gostaria que V.Sa. me acompanhasse aqui para que, à medida que eu for fazendo as perguntas, pudesse nos responder.

Como V.Sa. teve contato com o BNDES, na época da Presidência? O senhor pode me responder, assim que formos falando.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Nós procuramos o banco através do Sr. Caio Melo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Caio Melo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Caio Melo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem é Caio Melo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Ele era, na época, gerente da Área de Mercado de Capitais.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele que atendeu todo o processo de vocês?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Foi ele, junto com a área técnica toda e mais o Sr. Eduardo Ratfingher, que era um diretor do banco e hoje, acho, que está aposentado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Hoje ele não está mais no banco, nem o Caio e nem o Eduardo.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O Caio, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Caio está, continua.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Continua.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como foi dado o contato entre vocês. V.Sa. foi recebido com atenção?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por indicação de algum político?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, não. Nós tínhamos uma assessoria financeira no Rio de Janeiro, e esse assessor nos contactou lá. Mas fui muito bem recebido.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem é essa assessoria financeira, se o senhor me permite?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - O Sr. Carlos Parcias Júnior.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Carlos Parcia Júnior. Não tem nenhum vínculo com nenhum político?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor conhece algum político que ajudou nesse processo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não houve nenhum.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Nenhum?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Nenhum.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. nunca teve contato com nenhum político?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Para este processo, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E para outros processos?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu vou repetir, desculpe. Acho que V.Exa. não estava aqui na época. Meu pai foi da Casa durante 1 ano, Senador da República. Então, eu tive contato com... O maior político de contato foi ele mesmo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O seu pai?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É. Depois, obviamente, frequentando, às vezes...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, pode ser que V.Sa. não teve o contato porque o seu pai teve.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não. Eu lhe asseguro que ele também não teve.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, nenhum dos dois teve, apesar de ele ter tido um papel aqui dentro.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não houve interferência política no empréstimo do Independência pelo BNDES.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. disse aqui, anteriormente, que não fez nenhum tipo de doação a políticos durante o período de existência do frigorífico.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. acredita que, por não ter feito os empréstimos, V.Sa. foi relegado? É a sua opinião: sim ou não?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu acredito que não. Eu acho que o banco tem uma área técnica muito independente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Independente é o nome, inclusive, do frigorífico que foi comprado pela JBS.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - É. Por causa do 7 de Setembro, Excelência.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. acha que não houve atrasos do JBS, mas houve atrasos no seu Frigorífico Independência, e isso não tem nada a ver com doações?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - No Independência, houve atraso. No caso do JBS, eu desconheço se houve atraso ou não. No Independência, houve atraso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. acha que esse atraso foi algo de momento, do destino, ou houve alguma vontade superior que atrasou esse contrato?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Posso falar da versão oficial que nos foi dada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não. Eu estou perguntando a sua opinião; a versão, não. Quero a sua opinião pessoal, de quem sofreu durante um processo, que tinha uma empresa para poder gerir e estava aguardando esse valor, esse aporte, como uma programação da empresa, que inclusive faliu por conta disso também. A sua impressão individual: sim ou não?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - (*Risos.*)



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu... Sinceramente, você vai me perdoar. Eu estive aqui até numa outra oportunidade. Não é engraçado, porque é um banco sério, é um banco sério.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É verdade.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe. Perdão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É um banco sério, com dinheiro público, que está fazendo uma programação no Brasil. E o que estamos entendendo é o seguinte: o empréstimo do que não atrasa quebrou o que atrasa. Então, o que nós estamos querendo saber é o seguinte: a sua opinião é que, em detrimento do seu projeto, uma empresa que veio a te comprar depois, com ajuda do banco... Então, o que eu quero saber é o seguinte: atrasou por alguma força do destino, ou V.Sa. acredita que teve força política no atraso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não acredito que teve força política. Eu não sei o motivo do atraso oficial, mas não acredito que houve força política.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Está respondido.

V.Sa. acredita no seguinte, diante das contestações que nós temos aqui: então, se seu pai, que foi um Parlamentar aqui, e V.Sa. não tiveram contato político, V.Sa. acha que a ausência do contato político atrapalhou a tramitação dentro do banco?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pode ser.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pode ser.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pode ser, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. acredita que... quer dizer, se as doações não atrapalharam, mas a falta de um contato político que poderia ali ter agilizado, em algum momento, faltou?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Pode ser. Pode ser que sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Pode acontecer. Quer dizer que as doações do frigorífico, do Grupo JBS, que foram muito bem azeitadas na classe política, fizeram a diferença para que eles não tivessem o seu contrato atrasado. *(Pausa.)* É a sua opinião de novo, mais uma vez.



O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu... Eu não sei dos contratos atrasados. Eu não sei se eles tiveram ou não contratos atrasados e não sei também do envolvimento dele...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O que nós sabemos hoje... V.Sa. me perdoe, porque meu tempo é escasso. O que nós sabemos é o seguinte: a empresa JBS fez um empréstimo muito grande com o BNDES e acabou comprando vocês.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Perfeitamente, isso é fato.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu entendo que, se eles tivessem tido um atraso, eles não teriam jeito de comprar vocês.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é fato.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, quer dizer, nós sabemos... Mesmo que V.Sa. não saiba dizer, nós sabemos que o dinheiro dele estava lá. Tanto que eles compraram vocês, certo?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é fato.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, pronto.

Eu gostaria de saber aqui, dentro dessa conjuntura que nós estamos colocando aqui, quem foi a pessoa que tramitou todo o seu caso até sair a primeira parcela. V.Sa. foi o contato direto do Frigorífico Independência com o banco, não foi?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na tramitação. Quem era a pessoa que, se faltasse um documento, ligava para você, a pessoa que ajudava na tramitação? Quem foi o responsável pelo seu empréstimo? Sei que lá tem várias consultorias, vários conselhos, mas sempre tem uma pessoa que cuida especificamente do seu processo.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Depois que a gente iniciou o processo, em fevereiro de 2008, o Sr. Caio Melo, com a equipe toda dele, é que fez tudo isso. Não posso atribuir só a ele a entrega de documentos porque são muitos documentos nesse período e muitas pessoas do banco, da área técnica, envolvidas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tá. Então, o Sr. Caio Melo ainda é funcionário do banco?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Sim.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, vamos chamar o Sr. Caio Melo, para que possa esclarecer esses atrasos do banco, que vieram de forças superiores inexplicáveis do destino. Que ele possa estar aqui presente, para nos ajudar a elucidar essa condição que levou à falência o seu frigorífico.

V.Sa. concorda com que a gente chame o Sr. Caio? E V.Sa. acha que poderia ajudar a gente a esclarecer as dificuldades do banco?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Posso. Eu acho que a minha parte já está aqui.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Na sua opinião, V.Sa. acha que, se a gente conversasse com o Sr. Caio Melo, ele poderia ajudar a gente a entender por que o processo de V.Sa. demorou: sim ou não?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim. Então, já com a anuência dele, eu acho que, a título de encaminhamento aqui, de toda essa indecisão dentro do banco, vamos chamar o Sr. Caio Melo, para ajudar a gente a esclarecer a situação.

Muito obrigado. O senhor, talvez, tenha sido a pessoa que mais respondeu coisas aqui dentro desta CPI. Se tivessem mais reuniões como a de V.Sa., tenho certeza de que esta CPI estaria com o seu andamento muito melhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Antes de passar a palavra a V.Exa., Deputado Miguel, eu queria, na esteira do que disse o Deputado Caio Narcio, perguntar se V.Sa. nunca recebeu do banco a justificativa pelo atraso desses repasses.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Formalmente, não. Foi verbal e que estava com dificuldades de caixa. Ia fazer em duas tranches: uma tranche foi feita dia 28 de novembro de 2008; e a outra tranche ficaria para o final do segundo trimestre de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Miguel.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Tenho uma última indagação. Em função desse monopólio e do encerramento de alguns frigoríficos, das suas respectivas atividades, eu gostaria de indagar se isso diminuiu o preço da carne ou aumentou. Na sua opinião e pela avaliação do mercado, de todo esse monopólio e desse quadro aí em que se encontra hoje o mercado de frigoríficos e mercados de carnes, isso aumentou ou diminuiu o preço da carne?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu creio que não alterou o preço de boi e preço de carne. O preço de boi e o preço de carne são supremos, eles são de mercado. É independente, até porque as fábricas continuam lá. Repito: o que mudou foram os donos das fábricas. Isso não muda preço de nada.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - A falta de competitividade não estimula o aumento do preço da carne, na sua opinião? O senhor acha que não houve nenhuma alteração em função desse quadro?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Não, porque — e V.Exa. pode concordar ou não comigo —, quando se faz um grande conjunto, uma grande empresa, começam a aparecer outras que acabam suprimindo o mercado em escala menor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - O.k. O senhor é um homem de mercado, conhece essa realidade. Na sua opinião, isso não alterou em nada o preço da carne.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Miguel.

Tem a palavra o Deputado Jordy, para uma intervenção.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É objetiva, Sr. Presidente. Eu concordo com todos aqui, o senhor realmente talvez tenha... A CPI começou hoje, Sr. Presidente, eu acho — está certo? A CPI começou hoje, objetivamente. O senhor tem nos ajudado muito com as suas informações e com o seu silêncio também, em algumas perguntas, a esclarecer muita coisa.

Mas eu queria fazer, objetivamente, duas questões. Eu repito aqui e recorro ao depoimento do Sr. Julio Ramundo, Diretor do BNDES. Eu só vou ler a frase, Sr. Roberto, que é objeto da minha pergunta, no depoimento, ele diz — abre aspas: *“Esses balanços não ofereciam elementos para se julgar, de forma alguma, um*



ajuste dessa magnitude". Eu já citei esse trecho anteriormente: *"Nós tínhamos um patrimônio líquido aí, apresentado no balanço de 31 de dezembro de 573, que, depois, negativo de 393, que daria uma mudança de quase 1 bilhão de reais"*.

O senhor concorda com isso? Por que na sua avaliação o Diretor, que é um diretor experiente, Julio Ramundo teria dito que esses balanços não ofereciam elementos nenhum para fazer o julgamento por parte do banco?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu repito: eu não conheço o Sr. Julio, nunca estive com ele. Isso aí foi uma tese levantada pelo banco que gerou uma disputa na câmara arbitral da BOVESPA.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Qual a razão disso na sua opinião? Na sua opinião, qual a razão dessa tese?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Desculpe-me, eu não sei por que o Independência causa tanto problema dentro do BNDES.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor não tem a menor ideia?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu não tenho a menor ideia por que o Independência é um problemão dentro do BNDES.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor acha que, entre essas hipóteses — e aí a hipótese é minha —, poderia ser esta concorrência com o JBS, no sentido de se afirmar neste mercado das chamadas "campeãs"?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu resumi aqui a minha apresentação da empresa, eu resumi 30 anos em 4 certificações ISO e falei aqui que essa empresa, o Independência, tinha essas 4 certificações, e nenhum outro frigorífico no planeta tinha. Hoje, em 2015, nenhum continua tendo, talvez, isso possa ser um problema. Essa empresa realmente era muito boa no que ela fazia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Por que eu sou levado — e aí eu encerro, Sr. Presidente — a pensar isso? Porque, de tudo o que nós ouvimos aqui, há uma única conclusão plausível, apesar da resistência de o nosso amigo e colega Deputado Zarattini fazer uma outra leitura, mas só tem uma conclusão: o Brasil perdeu 250 milhões de dólares.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - De reais, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - De reais, que é o principal titular do BNDES, recursos do Tesouro — portanto, nosso, da sociedade brasileira. Quebrou



uma empresa com 4 ISOs, única, inédita no mercado naquilo que faz, e só quem ganhou com isso foi o Grupo JBS. Eu não me permito avaliar que isso aconteceu por acaso.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é um fato.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor concorda com isso?

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Isso é um fato. Economicamente, analisando, isso é um fato.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Arnaldo.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Graziano, para tecer as suas considerações finais...

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, só quero fazer um registro aqui bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado Fabio.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Pelo menos, uma única vez, mas acredito que mais de uma única vez, representantes do BNDES afirmaram aqui que nenhuma operação do BNDES teve problema de recurso financeiro. Eu só queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Fica o registro de V.Exa.

Sr. Roberto, V.Sa. gostaria de tecer algum comentário final? Fique à vontade.

O SR. ROBERTO GRAZIANO RUSSO - Eu gostaria só de agradecer a oportunidade e a gentileza de ser ouvido. Só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu que agradeço a V.Sa. Eu queria agradecer à assessoria jurídica também do Sr. Roberto Graziano, que aqui está. Eu queria agradecer às Sras. e aos Srs. Parlamentares. Sem dúvida alguma, Deputado Caio Narcio, a vinda do Dr. Roberto... Nós sabemos o que as palavras "convocação" e "CPI" podem causar, inclusive, no psicológico das pessoas, mas não tenha dúvida alguma de que V.Sa. sai daqui muito maior do que entrou. V.Sa. contribuiu sobremaneira para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria só renovar, na verdade, um apelo para V.Exa. Não sei se outros colegas concordam. Nós tivemos, durante esta semana, a disposição de alguns técnicos e de algumas instituições que têm nos ajudado muito. Só que vamos ter acesso aos documentos — nós precisamos formalizar o pedido para que esses técnicos os disponibilizem, porque não está sob a guarda pessoal deles, e, sim, da instituição que representam — talvez amanhã ou segunda-feira.

E como esses documentos são técnicos — eu acredito que as assessorias e os próprios Deputados estarão sobre eles debruçados, e inclusive no final de semana também estarei debruçado sobre eles —, sem dúvida alguma, suscitarão dúvidas e questionamentos, porque eu não sou técnico da área.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para V.Exa. e para o Relator, a fim de que os técnicos das instituições que estão aqui possam pelo menos também estar aqui na semana que vem, no sentido de nos ajudar a superar essas dúvidas que com certeza nós teremos para entender determinadas coisas, principalmente depois do depoimento que foi dado hoje aqui. Este é o apelo que eu faço agora para V.Exa. e para o nosso Relator. Acho será muito útil a permanência destes técnicos aqui na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pois não, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Arnaldo Jordy, como os técnicos do TCU são domiciliados no Rio de Janeiro, nós combinamos de eles virem aqui de 15 em 15 dias. Eles estão aqui até hoje e voltarão daqui a 15 dias, porque não podem ficar aqui permanentemente durante a semana.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Na outra semana então.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Na outra semana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas nós vamos tentar, eu juntamente com Relator, fazer uma incursão ao próprio Presidente do TCU para ver se conseguimos trazê-los, de forma excepcional, na próxima semana.

Sem dúvida alguma, V.Exa. está coberto de razão. Nós temos uma grande quantidade de documentos a serem analisados, e a presença dos técnicos se faz necessária.

Dispenso o Sr. Roberto Graziano Russo, a quem agradeço, mais uma vez, a presença. Agradeço aos Srs. Parlamentares, às assessorias de imprensa e aos demais convidados a presença.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para terça-feira, dia 29 de setembro, às 14 horas, em plenário a ser definido, para a oitiva do Sr. Guido Mantega, ex-Presidente do BNDES.

Obrigado. Que Deus abençoe a todos.